

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

O ABRIGO COMO FATOR DE RISCO E PROTEÇÃO: INDICADORES E
AValiação INSTITUCIONAL

Alessandra Salina*

Orientadora: Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

*Bolsista Cnpq

São Carlos, 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

**O ABRIGO COMO FATOR DE RISCO E PROTEÇÃO: INDICADORES E
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Alessandra Salina*

Orientadora: Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

*Bolsista Cnpq

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Educação Especial, do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar, como parte dos critérios para obtenção do título de mestre.

São Carlos, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S165af

Salina, Alessandra.

O abrigo como fator de risco e proteção : indicadores e avaliação institucional / Alessandra Salina. -- São Carlos : UFSCar, 2007.

121 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.


1. Assistência à menores. 2. Abrigos para crianças e adolescentes. 3. Rede de proteção – crianças e adolescentes. 4. Avaliação institucional. I. Título.

CDD: 362.7 (20^a)




Banca Examinadora da Dissertação de **Alessandra Salina**

Profa. Dra. Ana Lúcia Rossito Aiello
(UFSCar)

Ass. 

Profa. Dra. Alessandra Turini Bolsoni-Silva
(UNESP - Bauru)

Ass. 

Profa. Dra. Rachel de Faria Brino
(UFSCar)

Ass. 

Profa. Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque
Williams
Orientadora
(UFSCar)

Ass. 

“Planejamento cultural significa apenas que devemos fazer mais experimentação e fazê-la mais cuidadosamente - isto é, com planejamento e avaliação. Quando se realizam experimentos sem uma proposta de avaliação, então as decisões sobre seu bom ou mal funcionamento exigem que seus resultados sejam espetaculares. (...) Da mesma maneira que os cientistas de laboratório têm que usar gráficos e testes estatísticos para decidir sobre os resultados de suas experiências, assim também os cientistas culturais devem usar métodos semelhantes” (Baum, 1999, pp. 269).

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Lúcia Williams, pela orientação segura e pelo modelo de amor e dedicação à profissão;

Aos participantes da pesquisa pela disponibilidade em ajudar;

À Profª Drª Ana Lúcia Aiello pelas leituras cuidadosas do meu trabalho durante fases importantes do mestrado;

Ao Profº Ms. Ricardo Padovani, colega de Laprev, por ter participado da banca de qualificação;

À Profª Drª Rachel Brino, também colega de Laprev, por compor a banca de defesa;

À Profª Drª Alessandra Silva por ter sugerido a orientação da Lúcia e por hoje também estar presente na banca de defesa;

À Profª Drª Ana Claudia Verdu por também sugerir a orientação da Lúcia e por ouvir com atenção a minha primeira versão do projeto de pesquisa;

À Mayra e Ana Maura, por terem sido verdadeiras companheiras nesse percurso;

Aos meus pais, Hilário e Lia, por sempre me incentivarem a buscar meus objetivos.

Ao meu irmão Henrique pelo incentivo inicial e ao meu irmão Renato por me ajudar a relaxar nos finais de semana que passamos juntos;

Aos meus amigos por terem compreendido momentos de ausência;

Ao Thiago, meu noivo, pelo companheirismo, no sentido mais valioso desta palavra;

RESUMO

Pesquisas indicam como as dificuldades de instituições do tipo abrigo podem prejudicar o desenvolvimento de crianças e adolescentes que estão sob essa medida de proteção. Nesse sentido, uma prática mais eficiente dos profissionais que atuam nessas entidades, poderia contribuir com a prevenção de deficiências às quais os abrigados estão sujeitos. O presente trabalho foca o papel da rede de proteção à criança e ao adolescente e tem o objetivo geral de investigar as estratégias utilizadas por esses profissionais ao avaliarem os abrigos, bem como sob quais indicadores de qualidade o comportamento de avaliar dos mesmos está sob controle. Foram realizados dois estudos em duas cidades do centro-oeste do estado de São Paulo. Participaram do Estudo 1 quatro conselheiros tutelares, uma representante do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, uma integrante do Conselho de Assistência Social do Município, a Assistente Social do poder judiciário, o juiz da cidade e a coordenadora do único abrigo do município. Os participantes do Estudo 2 foram nove profissionais responsáveis pela avaliação dos abrigos, sendo eles: os cinco Conselheiros Tutelares do Município, uma das integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Juiz da Vara da Infância e da Juventude e o promotor da cidade; e cinco coordenadores de abrigos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, questionários e análise documental. Os resultados indicam que os profissionais que monitoram os abrigos, em ambos os estudos, utilizam predominantemente a visita à entidade como estratégia de avaliação. No entanto a mesma é conduzida de forma e frequência variada (alguns conversam, bimestralmente ou semestralmente, com funcionários e abrigados; outros apenas observam o funcionamento da entidade). Os indicadores de qualidade descritos como orientadores da tarefa de avaliar, também são variados. Ressalta-se a baixa frequência de citação de aspectos relacionados às práticas educativas dos monitores dos abrigos e cuidados da entidade para manutenção dos vínculos familiares.

Palavras-chave: abrigos para crianças e adolescentes, rede de proteção à criança e ao adolescente e avaliação institucional.

ABSTRACT

Research indicates how foster care institutions' problems may harm the development of children and adolescents in need for protection. Thus, a more efficient practice by professionals who work in these entities could contribute with the prevention of deficiencies, which institutionalized children may present. The present work focuses on the role of child protection services and has as general objective to investigate the strategies employed by such professionals, when evaluating foster care institutions, as well as under which quality indicators their assessment behavior is under control. Two studies were carried through in two interior cities of São Paulo estate, Brazil. Four child protection agents, a member of the *Municipal Council for the Rights of the Children and the Adolescents*, a member of the *Social Assistance City Council*, the Judiciary power's Social Worker, the town's Judge, and the Coordinator of the town's single foster care institution participated of Study 1. Study 2 participants were: nine professionals responsible for the foster care evaluation (five Child Protection Agents, one member of the *Municipal Council for the Rights of the Children and the Adolescents*, the Youth and Child Judge and the city's Prosecutor; as well as five foster care institutions' Coordinators). The data was collected by means of interviews, questionnaires and document analysis. Results indicated that the professionals who monitor foster care institutions, in both studies, use, predominantly, local visits to the entity as an evaluation strategy. However, these visits vary in frequency and format (some talk every two to six months with employees and children; while others only observe the functioning of the entity). Quality indicators described as guidelines for the assessment are also varied. The low frequency of reports regarding training aspects of foster care staff and the entity's concern for maintenance of the familiar bonds are of notice.

Key words: foster care, child protection services and institucional evaluation.

SUMÁRIO

	Página
Resumo	VI
Abstract	VII
Sumário	VIII
Lista de Tabelas	IX
Lista de Figuras	X
Lista de Anexos	XI
I- Introdução	1
1-Histórico	2
2-Cenário Atual de Abrigamento no Brasil	6
3-Impacto da organização dos abrigos sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados	10
4-Dados de pesquisa sobre a atuação da rede de serviços de atenção aos abrigos junto a essas entidades	21
5-Sobre a relevância do estudo	26
6-Objetivos	27
II- Método- Estudo 1	29
III- Resultados	35
IV- Conclusão Estudo 1	41
VI- Método- Estudo 2	44
VII- Resultados	50
VIII- Discussão Geral	80
IX- Conclusão Geral	94
X- Referências	96
XI- Anexos	102

LISTA DE TABELAS

Tabelas	Página
Tabela 1- Caracterização dos participantes do Estudo 1	30
Tabela 2- Situações descritas pelos participantes como condições que proporcionam a avaliação ds entidades	35
Tabela 3- Descrição dos profissionais responsáveis pela fiscalização dos abrigos a respeito das estratégias para avaliar as entidades	38
Tabela 4- Indicadores de qualidade que orientam a avaliação realizada nos abrigos pelos participantes, segundo relato por meio de entrevista	40
Tabela 5- Caracterização dos participantes (profissionais que avaliam os abrigos pesquisados)	45
Tabela 6- Caracterização dos funcionários dos abrigos investigados, quanto à idade, sexo, escolaridade e tempo de atuação na instituição	46
Tabela 7-Situações que proporcionam a avaliação dos abrigos	50
Tabela 8-Descrição dos profissionais responsáveis pela fiscalização dos abrigos sobre estratégias formais utilizadas para avaliar as entidades	52
Tabela 9-Descrição dos profissionais responsáveis pela fiscalização dos abrigos a respeito das estratégias informais utilizadas para avaliar as entidades	54
Tabela10-Descrição do número de registros referentes ao monitoramento das entidades apresentado por cada órgão	56
Tabela 11-Indicação de profissionais que estavam presentes nos eventos descritos nos documentos de cada órgão	56
Tabela 12-Orientações realizadas nos monitoramentos, segundo documentos	58
Tabela 13- Indicadores de qualidade que orientam a avaliação realizada nos abrigos pelos participantes, segundo relato por meio de entrevista	66
Tabela 14- Indicadores de qualidade que orientam a avaliação realizada nos abrigos pelos participantes, segundo relato por questionário	70
Tabela 15- Indicadores de qualidade citados de acordo com registro documental	74
Tabela 16- Comparação de situações nas quais são realizadas avaliações nos abrigos	77

LISTA DE FIGURAS

Figuras	Página
Figura 1- Porcentagem de indicadores de qualidade citados por avaliador em entrevista comparados ao número total de itens enumerado pelos participantes	68
Figura 2- Porcentagem de indicadores de qualidade citados por avaliador no questionário comparados ao número total de itens enumerados pelos participantes	72
Figura 3- Comparação de itens avaliados pelos mesmos participantes por meio de entrevista e por meio de questionário	73

LISTA DE ANEXOS

Anexos	Páginas
Anexo1- Roteiro de Entrevista Individual com os profissionais que avaliam os abrigos	102
Anexo 2- Roteiro de Entrevista Individual com coordenadores dos abrigos	104
Anexo 3- Protocolo para análise dos relatórios e quaisquer documentos elaborados pelos profissionais competentes após avaliação dos abrigos	108
Anexo 4- Parecer nº 143/2006/ Comitê de Ética da Ufscar	111
Anexo 5- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os profissionais responsáveis pela avaliação dos abrigos	112
Anexo 6- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os coordenadores dos abrigos	114
Anexo 7- Questionário de Indicadores de Qualidade dos Abrigos	116

COMO A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE REALIZA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE ABRIGOS

Em 1990 passa a vigorar no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê várias mudanças para a política de atendimento à referida população. Esse documento busca descrever os direitos que devem ser assegurados pela família, comunidade, sociedade em geral e Poder Público às crianças e adolescentes. Entre os direitos previstos pelo ECA (1990), pode-se destacar os descritos no artigo 4º do estatuto: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Caso as crianças e adolescentes sejam privados desses direitos, como no abandono, o Estatuto prevê ações para reverter tal situação, como as medidas sócio-educativas e medidas de proteção (Carvalho, 1993, Sêda, 1997 e 1998). Dentre tais medidas encontram-se os Abrigos, os quais foram alvos de estudo do presente trabalho.

Segundo Carvalho (1993) e Sêda (1997 e 1998) as medidas sócio-educativas aplicam-se, exclusivamente, a adolescentes que cometeram ato infracional e podem ser as seguintes: internação, advertência, obrigação de reparar danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e regime de semi liberdade. Segundo o mesmo autor, medidas de proteção, entre essas o Abrigo, aplicam-se a qualquer criança ou adolescentes que têm seus direitos violados ou ameaçados, seja pela ação, omissão do Estado, dos pais ou responsáveis e em decorrência da própria conduta.

A medida de proteção denominada Abrigo é descrita pelo ECA (1990), no artigo 101, parágrafo único, como: “ (...) medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. O mesmo Estatuto determina as características esperadas para estas instituições, entre elas:

o atendimento personalizado, em pequenas unidades e pequenos grupos, privilegiando-se as ações descentralizadas e municipalizadas. (ECA, 1990, Carvalho, 1993, Maricondi, 1997 e Sêda, 1998).

A partir da leitura de Carvalho, 1993, Maricondi, 1997, Prada 2002 e 2006 e Sêda 1998, pode-se ressaltar que, apesar das diretrizes previstas pelo ECA (1990) traçarem um modelo ideal de Abrigo, o cenário de abrigamento de crianças e adolescentes no Brasil é composto por instituições diversificadas, sendo que muitas guardam características de antigas formas de abrigamento, que foram predominantes em épocas diferentes de nossa história.

Histórico

Segundo Carvalho (1993), desde o período da ocupação portuguesa do Brasil havia instituições com o objetivo de abrigar crianças. Neste período os jesuítas estavam envolvidos na tarefa de catequizar os povos indígenas, acreditavam que as crianças desse povo eram mais acessíveis a tal intento e, também, utilizavam-se dos serviços das mesmas, as quais aprendiam a língua portuguesa e serviam de intérpretes no momento da catequese de outros índios. Essas crianças eram afastadas de suas tribos e abrigadas nas “*Casas dos Muchachos*”, custeadas pela coroa Portuguesa. Cabe ressaltar que nestas casas eram despachados órfãos e enjeitados de Portugal para o Brasil.

Para Maricondi (1997), em épocas posteriores, durante o século XVIII, a pobreza e miséria intensificaram-se e, com esse quadro, aumentou também o abandono de crianças. Com a lei do Ventre Livre um número grande de crianças negras e pardas juntou-se ao número de abandonados advindos de famílias pobres. O autor também relata que nesse período a Igreja Católica fundou as Casas de Recolhimento dos Expostos (forma como as crianças abandonadas eram chamadas), sendo que em função das condições precárias dessas Casas, eram freqüentes as mortes das crianças ali abrigadas.

Nessa época, no Rio de Janeiro, intensificaram-se as discussões a respeito de como lidar com o abandono e, a exemplo da França e Portugal, foi implantada a “Roda dos Expostos”. As Rodas eram assim chamadas porque mantinham um dispositivo giratório, através do qual as crianças adentravam às instituições. As mesmas foram instaladas nos conventos e instituições públicas e acreditava-se que com essa iniciativa haveria uma diminuição do número de abandonados (Carvalho, 1993 e Maricondi 1997).

Segundo Carvalho (1993) muitos dos “filhos da Roda” eram entregues à “amas” sob pagamento, sendo que, o crescente número de “enjeitados” e as dificuldades de manutenção de cuidados pelas “amas”, contribuiu para a criação dos grandes internatos, os quais foram a forma de abrigo predominante do século vinte. Segundo Carvalho (1993) “o termo internato era utilizado para todas as instituições de acolhimento provisório ou permanente e tinha uma conotação de isolamento e fechamento” (pp. 13-14). Maricondi (1997) descreve que essas instituições eram verdadeiros “depósitos humanos” (pp.14).

Os autores, citados acima, atribuem as seguintes características aos internatos: grandes instituições com regulamentos difusos, hierarquia rígida, presença de uma estrutura que impedia o contato com o mundo externo, pois os serviços médicos, odontológicos, escolar e o próprio lazer eram oferecidos na própria instituição. A divisão dos abrigados em setores a partir de idade e sexo proporcionava a separação dos irmãos, falta de objetos próprios, superlotação e número insuficiente de técnicos, os quais não recebiam investimento em sua formação.

Apesar do século XX ser marcado pelo internato como forma de abrigo predominante, tal século, também foi palco de diferentes leis relacionadas à proteção de crianças e adolescentes, bem como o início de formas alternativas de assistência a essa população, as quais procuravam minimizar o caráter “depositário” de tais instituições.

Segundo Carvalho (1993), o estado Brasileiro assumiu muito tardiamente o atendimento nesta área e o fez, inicialmente, para tratar dos chamados “delinquentes”, sendo que os “carentes e abandonados” ficavam a encargo das entidades filantrópicas. Desse fato pode-se concluir que essas últimas instituições não tinham o compromisso de oferecer um trabalho de qualidade junto aos abrigados, já que sua atuação era considerada uma “boa-ação”.

Maricondi (1997) descreve que em 1964 a Lei nº 4.513 estabeleceu a PNBEM (Política Nacional do Bem –Estar do Menor), sendo que suas linhas de ação eram determinadas pela FUNABEM (Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor), a qual apresentou uma estrutura centralizadora e vertical. Segundo o autor, ficou a cargo dos Estados da Federação a execução de seus programas por meio das FEBEMs (Fundação Estadual do Bem –Estar do Menor), a qual herdou do SAM (Serviço de Atendimento ao Menor) suas práticas repressivas.

Segundo Carvalho (1993), a década de 1970 foi marcada pelo surgimento de movimentos sociais relacionados à assistência de crianças e adolescentes, como a Pastoral do Menor e o Movimento dos Meninos e Meninas de rua, que passaram a exigir modificações no sistema assistencial e repressivo da época.

Maricondi (1997) informa que, entre 1984 e 1986, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a Comissão dos Direitos Humanos organizaram seminários, comissões estaduais e encontros nacionais com o objetivo de formular soluções e defender os direitos da infância e juventude. Em 1988, a nova Constituição reconheceu, com o artigo 227, os direitos básicos e fundamentais das crianças e dos adolescentes, sendo que em 13 de julho de 1990 foram revogados o Código de Menores e a PNBEM, promulgando-se a lei nº 8.069, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) (Maricondi, 1997). Segundo Sêda (1980), um ano antes da promulgação do ECA, o Brasil firmou compromisso com a

Convenção dos Direitos da Criança, por meio da qual vários países assumiram o compromisso com medidas educativas, sociais, administrativas e legais, com o objetivo de efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Quanto às novas formas de abrigamento que surgiram nesse período, Carvalho (1993) descreve que nos próprios internatos começaram a acontecer algumas aberturas para a comunidade, como a utilização de centros de saúde, escolas, ginásios esportivos, entre outros locais; além da flexibilização dos horários de visita e a possibilidade de as crianças passarem os fins de semana com seus pais.

Maricondi (1997) faz uma retrospectiva do atendimento à criança e ao adolescente em regime de Abrigo na Febem de São Paulo a qual denota as modificações no modelo de abrigamento nas últimas décadas, especificamente o intervalo entre as décadas de 70 e 90. Segundo o autor, num primeiro momento, o atendimento às crianças e adolescentes se dava por meio dos grandes Complexos Educacionais, especificamente pelos internatos, os quais já foram descritos nesse texto. Em 1985 foram implantados os pensionatos, por meio dos quais os adolescentes eram preparados para o estudo e o trabalho na comunidade. Já em 1992 foi elaborado o Projeto Casas de Convivência, o qual se pautava no modelo familiar:

“São Casas de no mínimo três quartos, sala, cozinha e demais dependências. Inseridas na malha urbana, possibilitam que os meninos e meninas utilizem os recursos comunitários tais como escolas, postos de saúde, bibliotecas públicas, centros culturais e esportivos, áreas de lazer. Assim, a instituição abriu-se à sociedade e reconheceu o direito de seus abrigados ao convívio social. Os vizinhos das Casas passaram a ser seus amigos. Era tempo do Estatuto da Criança e do Adolescente” (pp.17).

Como o final da citação acima sugere, com o advento do ECA (1990) surgiram várias propostas de mudanças do funcionamento dos Abrigos, como será apresentado a seguir:

Cenário Atual de Abrigamento no Brasil

Carvalho (1993) categorizou os Abrigos atuais do Brasil a partir de três critérios: tamanho das unidades e capacidade de atendimento; tempo de permanência da criança e especialização do atendimento oferecido.

Quanto ao tamanho das unidades e capacidade de atendimento, o autor ressalta que, ao definir que os Abrigos devem oferecer seu serviço em pequenas unidades, o ECA (1990) descarta totalmente a possibilidade de grandes instituições, sendo que as novas alternativas apontam para o estabelecimento de casas nos vários bairros da cidade, com características comuns às demais residências do bairro. De acordo com o autor, essas casas podem ser de dois tipos: pequenas e de médio porte. As casas pequenas caracterizam-se por abrigar até 20 crianças ou jovens, enquanto as de médio porte até 35; essas últimas necessitariam de uma adaptação a fim de preservar ambientes reservados para pequenos grupos, evitando a massificação do atendimento, por exemplo, por meio de uma divisão espacial da casa com esta finalidade. Nesse tipo de experiência se enquadram as Casas de Convivência, já citadas nesse trabalho. Cabe ressaltar que dentro da categoria das casas de pequeno porte incluem-se as “repúblicas” para adolescentes ou “pensionatos”, como mencionado anteriormente neste texto.

Quanto ao tempo de permanência, Carvalho (1993) divide os Abrigos em duas categorias: os de permanência breve e os de permanência continuada. O primeiro tipo abriga crianças em condições favoráveis de retorno à família de origem ou de integração em família substituta. Já em relação à segunda categoria:

“Estas casas destinam-se tanto a crianças ou adolescentes que, tendo passado por um Abrigo de permanência breve, não possuem condições favoráveis à integração familiar a curto prazo; quanto para crianças órfãs e ou abandonadas que por diversos motivos não conseguiram ainda ser colocadas numa família substituta” (Carvalho, pp.33).

Sobre essa última categoria cabe discutir a pertinência dessas instituições de permanência prolongada. Talvez elas estejam mascarando a falta de uma política de atendimento a crianças e adolescentes que agilize a recolocação dos mesmos em um ambiente familiar.

Referindo-se ao critério especificidade do atendimento, Carvalho (1993) define os Abrigos em dois tipos: os de atendimento convencional e os que oferecem atendimento especializado¹. Segundo o autor, esse último tipo de Abrigo destina-se a crianças ou adolescentes que possuem comprometimentos físicos e mentais; por terem sofrido traumas sérios produzidos por violência sexual, maus tratos, ou por possuírem doenças infecto-contagiosas como AIDS, por exemplo. Com certeza essa população merece um atendimento especializado. No entanto, a separação dessas crianças e adolescentes coloca em dúvida o nível de integração dos mesmos com a comunidade. Outra possibilidade é que esse modelo de Abrigo se pareça mais com um hospital do que com uma casa, sendo a última característica defendida por vários autores como a ideal para tais instituições.

Prada (2002) também faz uma categorização dos Abrigos, dividindo-os em dois tipos: os Abrigos convencionais e os Abrigos tipo Casa Lar. Cabe ressaltar que a autora destaca a existência de uma grande diversidade de instituições com a finalidade de abrigar crianças e adolescentes, mas que essas duas categorias foram as adotadas para seu estudo.

Segundo a autora, tanto os Abrigos do tipo convencional quanto os do tipo “Casa

¹ Segundo Silva (2004), 85,9% dos abrigos atendidos pela Rede SAC (Rede de Serviço da Ação Continuada do Ministério do Desenvolvimento Social) não apresentam atendimento especializado. No entanto, a autora não caracteriza os abrigos que apresentam especificidade no atendimento.

Lar” são instituições para crianças e/ou adolescentes em situação de risco pessoal ou social. Nas entidades convencionais, as crianças são cuidadas por funcionários responsáveis por suprir as suas necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação, afeto e organização da rotina. Estes monitores ou educadores, como são chamados, trabalham em sistema de turno, havendo trocas entre os mesmos ao longo do dia. O número de crianças é maior do que em instituições do tipo Casa Lar, podendo chegar a abrigar até 200 crianças. O espaço físico é formado por dormitórios coletivos, banheiros, salas de uso comum, refeitório, área livre e espaços administrativos. Já o Abrigo do tipo Casa Lar, tem como grande diferencial a figura da família social, a qual é composta, geralmente, por um casal social, ou apenas uma “mãe social”, que passa a morar na casa, com as crianças abrigadas e têm a função de agregar afetivamente as mesmas. Segundo Prada (2002) esta casa deve ser gerenciada financeiramente por uma organização privada ou pública. Quanto ao número de crianças, são aproximadamente de 8 a 10 em cada casa, contando com os possíveis filhos do casal ou mãe social. O espaço físico é o mais semelhante possível ao de uma casa convencional, com quartos, banheiros, o quarto do casal, sala, cozinha e área livre (quintal ou varanda).

Silva (2004) apresenta dados pesquisados na Rede SAC (Rede de Serviço da Ação Continuada do Ministério do Desenvolvimento Social) que caracterizam as condições atuais dos Abrigos no Brasil. Foram investigadas 589 instituições que abrigavam aproximadamente 20 mil crianças. A autora pontua que, 5,8% dessas entidades atendiam aos quesitos relacionados à preservação dos vínculos afetivos (incentivavam a convivência com a família de origem e o não desmembramento do grupo de irmãos), 14,1% apoiavam a reestruturação familiar (por meio de vistas familiares, por exemplo), 22% facilitavam a convivência das crianças e adolescentes com outras famílias (por exemplo, incentivavam a integração em família substituta), 8% tinham estrutura física semelhante à de uma

residência e prestavam atendimento em pequenos grupos, 6,6% utilizavam os serviços existentes na comunidade, 27% propiciavam a participação de pessoas da comunidade no processo educativo. Silva (2004) também sinaliza que 68,3% dos abrigos pesquisados eram não-governamentais e com significativa influência religiosa (67,2%), eram predominantemente construções novas, a maioria não tinha especificidade no atendimento (85,9%), mais da metade das instituições atendiam tanto à meninas quanto à meninos, observou-se predominância no regime de permanência continuada (78,4%) e 66,9% dos abrigos atendiam até 25 crianças.

Os dados citados acima indicam um aperfeiçoamento das instituições Abrigos se comparados ao modelo que foi predominante em muitas décadas, ou seja, os internatos. No entanto, muitos aspectos da política nacional precisam ser revistos, como as estratégias para evitar o abrigamento de crianças e adolescentes. Cabe ressaltar que em países como os Estados Unidos, Canadá e Croácia a política de atendimento à criança parte do atendimento à família, da prática de fornecer subsídio para a manutenção da mesma e quando existem instituições para receber as crianças provisoriamente, essas operam no regime de casa-lar, chamadas de *foster care* (Ajdukovic & Franz, 2005, Bloom, 1998, Prada, 2002, Arpini, 2003).

Impacto da organização dos Abrigos sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados

Siqueira e Dell'Aglio (2006) apresentaram uma revisão de literatura sobre as instituições de Abrigo, discutindo como essas entidades influenciam o desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados. Segundo as autoras, muitos estudos (Bowlby, 1973/1998; Goldfarb, 1943, 1945 citados em Grusec & Lytton, 1988) apontam o abrigamento como um fator relacionado ao *déficit* intelectual de crianças e adolescentes

institucionalizados e outros trabalhos (Tizard, Cooperman, Joseph e Tizard 1972; Grusec & Lytton, 1988) indicam que a instituição pode ser uma alternativa positiva, quando o ambiente familiar é “desorganizado e caótico”. O artigo ressalta que, quando necessário o abrigo, o mesmo deve ser entendido como uma alternativa de proteção ao desenvolvimento infantil e enumera algumas ações necessárias para essas entidades a partir da citação de Yunes e col. (2004):

“ (1) promover um programa lúdico de atividades para as crianças e os adolescentes abrigados junto com os funcionários, o que incentivaria os cuidadores a desenvolver brincadeiras infantis; (2) oportunizar encontros entre os profissionais de diferentes Abrigos, a fim de criar um espaço de troca de experiência e melhorar a comunicação interinstitucional; (3) capacitar profissionalmente os cuidadores, para que eles possam aprender sobre desenvolvimento infantil numa visão contextualizada, sobre as práticas educativas, sobre a violência doméstica, sobre as medidas socioeducativas e também para que eles possam compreender as teorias implícitas que permeiam o ambiente institucional. (pp. 4).

Taussig e Culhane (2005) também apresentam uma revisão de literatura sobre Abrigos. Entre os objetivos dos autores, dois relacionaram-se ao presente estudo, sendo eles: comparar os dados apresentados da literatura sobre o desenvolvimento de crianças durante o período de abrigo e após a emancipação deste serviço, bem como sintetizar as pesquisas que examinam a eficácia dos Abrigos como uma intervenção para a população atendida, considerando que parte significativa das mesmas são vítimas de abuso e negligência.

Sobre a comparação do desenvolvimento de crianças durante o período de abrigo e após o desabrigo, as pesquisas consultadas pelos autores indicam que, no primeiro momento as crianças apresentam dificuldades físicas, mentais e problemas

educacionais. Após a saída da instituição, quando são jovens adultos, os egressos mantêm essas mesmas dificuldades acrescidas de outros problemas, como, por exemplo, o uso de substâncias químicas.

A respeito da eficácia dessas entidades como uma intervenção para crianças vítimas de abuso e negligência, os autores analisaram dois conjuntos de estudos: 1) trabalhos que compararam o desenvolvimento de crianças com história de violência que permaneceram em suas casas com àquelas com o mesmo histórico, mas que foram abrigadas e 2) estudos que compararam o desenvolvimento de crianças que ficaram nos Abrigos com aquelas que retornaram à casa de seus pais. O resultado da análise do primeiro conjunto de estudos não demonstra diferenças entre os grupos. Por exemplo, em ambos, os participantes da pesquisa apresentaram problemas de criminalidade quando analisados em estudos longitudinais. Em relação ao segundo conjunto de estudos, os dados sinalizaram que crianças que voltavam para a sua casa apresentavam maior incidência de problemas de saúde mental e comprometimento no desenvolvimento se comparadas àquelas que permaneciam no Abrigo. A partir desses dados, os autores sinalizaram que novos estudos devem ser conduzidos com os mesmos objetivos e defendem que os Abrigos podem ser uma medida de proteção, desde que sejam bem estruturados.

Outros estudos discutem os possíveis impactos da institucionalização para o desenvolvimento dos abrigados. Crawford (2006) descreve possíveis prejuízos para o desenvolvimento de crianças institucionalizadas. Segundo a autora, a causa da institucionalização para a maioria dessa população está relacionada com abuso ou negligência, fatores que aumentam a possibilidade de incidência futura de desordens emocionais e comportamentais, bem como de problemas mentais. A autora amplia seus exemplos descrevendo que esse quadro inclui Transtorno Desafiador Opositivo, Transtorno

de Estresse Pós-Traumático e depressão, o que por sua vez podem se estender para problemas significativos na vida adulta, como abuso de substâncias e criminalidade.

Para Crawford (2006), quando esses fatores são, também, combinados com uma história de desenvolvimento empobrecida, pois nem sempre os Abrigos para essa população respondem às suas necessidades, as crianças institucionalizadas podem apresentar desvantagens em seu desenvolvimento. Seguem alguns exemplos de estudos que pesquisam o impacto da institucionalização no desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados.

Zeanah, Smyke, Koga e Carlson (2005) realizaram um estudo em Bucareste, na Romênia, com o objetivo de investigar como 136 crianças institucionalizadas em Abrigos mantinham vínculo afetivo com seus cuidadores e compararam esses resultados com a observação de 72 crianças não institucionalizadas em interação com suas mães. Os autores descrevem que somente 22% das crianças institucionalizadas tinham organizado estratégias para manutenção de vínculo nas interações com seus cuidadores, visto que 78% das crianças que viviam com seus pais tinham organizado essas estratégias. Os autores relatam que os resultados encontrados são coerentes com os já descritos na literatura, mas ressaltam que esse estudo teve o aspecto inovador de ampliar o número da amostra e tratar-se do trabalho com maior número de sujeitos realizado na cidade citada. Os pesquisadores ressaltam que a dificuldade de manutenção de vínculos pode estar relacionada com futuras dificuldades de interação social das crianças abrigadas e indicam a necessidade de treinamentos voltados para os educadores de Abrigos.

Tarren-Sweeney e Hazel (2006) realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar o nível de saúde mental, socialização e auto-estima de 347 crianças australianas, com idade variando entre quatro e nove anos, por meio dos questionários “*Child Behavior Checklist*” (CBCL) e “*Assessment Checklist for Children*” (ACC). As crianças foram divididas em

dois grupos: crianças que viviam em instituições e crianças que viviam sob a tutela de parentes. Os resultados demonstraram que o grupo de crianças que viviam em instituições apresentavam níveis de saúde mental, socialização e auto-estima inferiores ao segundo grupo, como também havia um maior índice de comprometimento no desenvolvimento das crianças mais velhas da instituição, em comparação com as crianças mais novas. Os autores descreveram os comprometimentos avaliados no desenvolvimento das crianças institucionalizadas: dificuldade de vínculo, insegurança nas relações, comportamento sexualizado, falta de atenção, hiperatividade e problemas incomuns, como comportamento auto-lesivo e comer compulsivo. A hipótese apresentada pelos autores, para explicar a diferença entre os grupos, foi a falta do vínculo familiar para as crianças institucionalizadas. Os autores, também, sugerem que o comprometimento mais agravado das crianças mais velhas das instituições pode ser devido ao tempo mais longo de institucionalização ao qual essas crianças foram submetidas.

Prada (2002) realizou uma pesquisa no Paraná relacionada ao funcionamento de Abrigos e entre seus objetivos buscou analisar se havia diferença entre o discurso das crianças que viviam em um Abrigo tradicional e o discurso das crianças que viviam em um Abrigo do tipo Casa Lar. A autora sintetiza sua avaliação:

“Através da análise do modo de funcionamento de dois Abrigos pôde-se considerar que o modelo institucional é falido, principalmente por não contemplar as necessidades emocionais das crianças que estão abrigadas. Contudo, a transição do modelo institucional tradicional para o sistema Casa Lar pode ser interessante, visto que seu principal objetivo é reproduzir o modelo familiar promovendo o estabelecimento de vínculos afetivos, o respeito à individualidade, promoção de autonomia, contato constante com a comunidade, enfim, uma estrutura que possa proporcionar um desenvolvimento global adequado para a criança que está abrigada
“(pp.6).

Ajdkovic e Franz (2005) realizaram um estudo na Croácia com o objetivo similar ao do trabalho de Prada (2002). Os autores procuraram descrever a incidência de problemas comportamentais e emocionais em crianças de acordo com o tipo da instituição na qual as mesmas estavam abrigadas. De acordo com os autores, crianças que viviam em grandes instituições (com número de abrigados variando entre 40 e 90) manifestaram significativamente mais problemas comportamentais e emocionais do que outros grupos de crianças que viviam em Abrigos que se aproximavam do modelo familiar e crianças que viviam com suas famílias primárias. Uma das conclusões dos autores foi a de que os problemas emocionais e comportamentais das crianças institucionalizadas tinham maior relação com os estressores experimentados por elas nos Abrigos, em detrimento das circunstâncias desfavoráveis da história de vida antes de sua remoção da família.

Prada (2006) desenvolveu um projeto de pesquisa com o objetivo geral de elaborar e implementar um programa de capacitação para funcionários de Abrigos de crianças. Uma das justificativas do seu trabalho foi que o histórico familiar das crianças e adolescentes que vivem em Abrigos é, em si, um fator de risco para o desenvolvimento infantil. A autora destaca que essa situação se agrava com as dificuldades educativas de funcionários das instituições, ressaltando o baixo grau de responsividade (baixa frequência de reforçamento positivo) e negligência, como citado por Crawford (2006).

Gomide (2003), referindo-se a práticas parentais, descreve que pais negligentes são aqueles que ignoram a maioria dos comportamentos da criança e respondem muito pouco às iniciativas de comunicação das mesmas². Nesse sentido Barnett (1997), assim como Crawford (2006), assinala que a negligência, somada ao abuso são os fatores de risco que

² No presente trabalho as considerações acerca de práticas parentais serão aplicadas também para as práticas educativas de monitores de abrigo, considerando que autores, como Carvalho (1997) e Prada (2002 e 2006), defendem a importância dos educadores das entidades apresentarem um papel similar aos de pai e/ou mãe. Para uma definição de práticas educativas ver: Gomide, P.I.C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais. Modelo Teórico: Manual de Aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.

mais trazem seqüelas ao desenvolvimento infantil, entre elas, o comprometimento das áreas da cognição, linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento sócio-emocional.

Freitas (1997) realizou um trabalho junto a adolescentes albergados e indicou que a institucionalização é uma das variáveis relevantes para a aquisição do comportamento anti-social, para o desenvolvimento do estresse e baixa auto-estima. A autora analisa que o contexto institucional, muitas vezes, priva seus internos de cuidados e afeto, fator esse que contribui para o aparecimento das dificuldades citadas acima.

Quanto aos Abrigos de adolescentes, Siqueira (1997) denunciou a ineficácia dos programas de ressocialização analisando a trajetória de vida de 17 participantes após o internamento. Os dados de seu estudo revelaram que 24% dos adolescentes estavam presos em uma colônia Penal, por continuarem a vida delinqüente; 35% estavam mortos por envolvimento em crimes e 41% estavam livres, mas ocasionalmente praticavam pequenos furtos, não se profissionalizaram e sobreviviam de “biscates”.

Scott e Davis (2006) realizaram um estudo junto a jovens negros do sexo masculino que haviam sido desabrigados após completar 18 anos e procuraram descrever a relação entre experiências contextuais negativas e procura por serviços de saúde mental nessa população. Os autores, citando Cunningham e Spencer (1996), descrevem as experiências sociais negativas em três categorias: experiência proximal negativa (são as experiências relacionadas aos atributos físicos dos jovens, por exemplo, quando um policial aborda o jovem num parque ou na rua desconfiando que o mesmo esteja vendendo droga), experiência distal negativa (são as experiências aplicadas ao grupo como um todo, como menores chances de conseguir um trabalho por conta das características físicas) e experiência negativa de inferência (trata-se das experiências que ocorrem devido ao imaginário negativo projetado a essa população, como receber olhares fixos de medo de mulheres brancas). Os autores não analisaram a relação entre cada categoria e a procura de

serviço de saúde mental, mas indicaram que os jovens que relataram um número menor de experiências negativas, como um todo, procuraram menos por esses serviços se comparados aos jovens que relataram essas experiências com maior frequência. Apesar dos resultados parecerem óbvios, eles chamam atenção para um conjunto diferente de variáveis que devem ser analisadas quando falamos em situação de abrigo. Esse texto indica a necessidade de trabalharmos a forma como a comunidade interage com essa população, a fim de evitar as atitudes de preconceito explicadas por Cunningham e Spencer (1996).

Os artigos citados acima deixam claro os impactos negativos da institucionalização. Entretanto, cabe perguntar o que poderia ser feito para o Abrigo ter um efeito de proteção, como sugerido por Siqueira e Dell'Aglio (2006). Seguem alguns elementos sugeridos pela literatura.

O ECA (1990) prevê, no artigo 92, algumas características para o funcionamento dos Abrigos:

(...) preservação dos vínculos familiares; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; não desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados (Brasil, 1999, p.67).

O mesmo estatuto descreve, no artigo 91, as condições sob as quais não será oferecido o registro à entidade que pretende funcionar como Abrigo:

(...) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei; esteja irregularmente constituída; tenha em seus quadros pessoas inidôneas (Brasil, 1999, pp.67).

Sobre a preservação dos vínculos familiares, aspecto citado pelo ECA (1990), Prada (2002) destaca a relevância da análise das condições em que vive a família da criança abrigada, as causas do abrigamento e a possibilidade de retorno a sua família. Maricondi (1997) indica que o Abrigo também poderia contribuir com a manutenção dos vínculos familiares por meio de horários de visitas flexíveis, o que talvez aumentasse a probabilidade de os pais visitarem seus filhos.

Weber (2001) e Prada (2002) ressaltam a importância de os Abrigos manterem práticas que preservem a identidade dos abrigados, bem como contribuam com o desenvolvimento da mesma. As autoras sugerem algumas ações das instituições para atenderem a esses critérios, como por exemplo: manutenção de objetos trazidos pela criança e adolescentes de “sua casa”; registro de momentos vividos no Abrigo, por exemplo, por meio de fotos; disponibilidade de objetos e vestuários pessoais, considerando que os grandes internatos tinham a prática de uniformizar as crianças e adolescentes, o que poderia contribuir para a “massificação” dos mesmos; práticas diárias que permitam certa flexibilidade aos abrigados, ou seja, alguns podem escolher fazer a lição de casa antes de brincar e vice-versa, essa prática romperia com o padrão de certas instituições que se aproximam do estilo de funcionamento dos internatos, nos quais todos deviam dormir, comer e brincar, por exemplo, nos mesmos horários.

Maricondi (1997) chama a atenção para outro aspecto também relacionado com a preservação da identidade das crianças e adolescentes abrigados, que é o acesso à escola da comunidade, postos de saúde, bibliotecas e área de lazer públicas, centros culturais e esportivos. Weber (2001), Prada (2002) e Arpini (2003), também, citam a importância de a criança e adolescente abrigados compreenderem a sua história e realidade atual de institucionalização, por exemplo, por meio de intervenções que expliquem porque ela está

abrigada, informem seus direitos e proporcionem um espaço de reflexão a cerca de suas expectativas futuras.

Provavelmente um dos indicadores de qualidade mais relevantes dos Abrigos é a qualidade do trabalho de seus profissionais. Maricondi (1997), discute a importância dos recursos humanos dessas instituições e sugerem que as mesmas tenham uma equipe técnica, preferencialmente de caráter multidisciplinar e composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos ou outros especialistas da área. Segundo os autores, essa equipe não precisaria necessariamente estar sediada no Abrigo. Para Maricondi (1997) as funções de tais profissionais seriam:

“Supervisionar de modo competente o atendimento oferecido nas pequenas unidades, apoiando e orientando na direção da melhoria do atendimento. Em outras palavras, deverão apoiar tecnicamente a rede de Abrigos ao nível local. Elaborar, em colaboração com os educadores, os programas de atendimento (coletivo e individual) destinados a crianças e adolescentes abrigados. Informar e subsidiar tecnicamente as autoridades competentes sobre os dados e as atividades desenvolvidas no Abrigo e com os abrigados. Colaborar em todos os procedimentos necessários a volta da criança a sua família ou a colaboração em família substituta, juntamente com o Conselho Tutelar e os órgãos do Poder Judiciário” (pp. 37).

Os mesmos autores sugerem que o quadro funcional seja formado, nos Abrigos, pelo dirigente ou coordenador (aquele que administra o Abrigo e responde legalmente pelos abrigados), pelos educadores (os funcionários que acompanham os abrigados em suas atividades e podem estar divididos entre berçaristas e recreadores, por exemplo) e pelo pessoal de apoio operacional (cozinheira, faxineira, por exemplo). Os autores ressaltam, também, a importância da profissionalização e capacitação desses profissionais, por meio de uma política de recursos humanos que viabilize a formação continuada desses

trabalhadores, a contratação por meio de critérios de competência, bem como a programação de atividades que evitem o cansaço físico, mental e emocional dos educadores.

Ali, Silveira e Lunardelli (2004) ressaltam os seguintes aspectos como importantes para os educadores de Abrigos: conhecimento sobre o ECA e os mecanismos legais que regem o funcionamento da entidade, coesão com os elementos do grupo a que pertencem e autonomia para tomada de decisões. Os autores não descrevem como esses itens poderiam contribuir com a dinâmica da instituição, e especificamente com o desenvolvimento dos abrigados, mas, possivelmente, conhecer o ECA e as leis relacionadas ao Abrigo poderia facilitar o trabalho dos monitores, pois a partir da clareza de seus papéis os mesmos teriam condições de se engajar em comportamentos esperados na instituição, como: facilitar a interação dos abrigados com seus pais nos momentos de visitas, incentivar os passeios das crianças e adolescentes em locais públicos, delegar algumas tarefas simples da rotina do Abrigo para as crianças e adolescentes a fim de que os mesmos sintam-se responsáveis pelo local onde moram, bem como todas demais ações indicadas pelo ECA e aquelas determinadas pelo regimento interno de cada instituição.

A coesão, se definida como a prática do grupo de auxílio mútuo entre seus membros, provavelmente, tenha a função de contribuir para que os educadores apresentem práticas educativas mais consistentes. Já o aspecto da autonomia, possivelmente, possibilitaria que dificuldades emergenciais nos Abrigos sejam resolvidas imediatamente, sem que o monitor tenha que consultar o coordenador do Abrigo.

Os elementos citados por Ali, Silveira e Lunardelli (2004) são coerentes com a proposta de Biglan (2002), o qual pontua a necessidade de descrever as variáveis organizacionais que interferem no desenvolvimento dos indivíduos. Biglan (2002) pontua que são crescentes as evidências das limitações de intervenções focadas nos sujeitos,

famílias e pequenos grupos, o que requer dos pesquisadores um estudo a respeito das práticas culturais de nossa sociedade. O autor define práticas culturais como a incidência ou prevalência de comportamentos de grupos e organizações e ressalta que a solução de muitos problemas sociais está na modificação dessas práticas.

A partir dos estudos acima pode-se sumarizar quais fatores de proteção podem ser proporcionados pelas instituições Abrigo: funcionários habilitados a descrever os objetivos que a instituição pretende alcançar (Ali, Silveira e Lunardelli, 2004); equipe de funcionários formada por coordenador, monitor, assistente social, psicólogo, cozinheira e auxiliar de serviços gerais (Maricondi, 1997); funcionários habilitados a identificar a relação entre seu trabalho e dos demais funcionários do Abrigo (Ali, Silveira e Lunardelli, 2004); apresentar plano de trabalho compatível com os princípios do ECA (1990); não apresentar rotatividade de profissionais (Maricondi, 1997); cultura institucional que proporcione a educação continuada dos funcionários, por exemplo, por meio de treinamentos (Ali, Silveira e Lunardelli, 2004); funcionários capacitados para o trabalho em equipe (Ali, Silveira e Lunardelli, 2004); práticas diárias da instituição que proporcionem a organização da rotina dos abrigados, por exemplo, com a determinação de horário das refeições e de ida à escola (Carvalho, 1993 e Ali, Silveira e Lunardelli, 2004); rotina da instituição que englobe a participação das crianças e adolescentes em atividades fora dos Abrigos (como escolas e projetos comunitários), estrutura física compatível com o número de abrigados (ECA, 1990); oferecimento de oportunidades para que os adolescentes participem de atividades que visem a profissionalização (Carvalho, 1993); práticas educativas que possibilitem às crianças e adolescentes a utilização de objetos trazidos por eles de suas casas (Prada, 2002 e Weber, 2001); existência de registros dos momentos vividos pelos abrigados na instituição (Prada, 2002 e Weber, 2001); prática na qual não exista desmembramento de grupos de irmãos (ECA, 1990); cultura na qual seja evitada a

transferência de abrigados para outras entidades (ECA, 1990); existência de um programa de educação continuada para os funcionários (Maricondi, 1997); práticas educativas positivas por parte dos funcionários em relação às crianças e adolescentes abrigados (Prada 2002 e 2006); ações do Abrigo em relação à preservação dos vínculos familiares e integração em família substituta (Maricondi, 1997, ECA 1990 e Prada, 2002) e qualidade da estrutura física, por exemplo, iluminação, arejamento, higiene, salubridade e segurança (Carvalho, 1993, Eca, 1990 e Prada, 2002).

Os artigos citados acima também elucidam a relação entre a qualidade da organização do Abrigo e a prevenção de deficiências às quais crianças e adolescentes que se beneficiam desse serviço estão sujeitos. Os trabalhos denotam que, quando o Abrigo apresenta os fatores de proteção necessários, existe uma menor probabilidade de comprometimento do desenvolvimento dos atendidos (Prada, 2002, Ajdukovic e Franz, 2005).

Até o presente momento este texto trabalhou como diferentes fatores de organização do Abrigo podem afetar o desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados. No entanto, um conjunto amplo de variáveis interfere na qualidade do serviço prestado pela entidade, as quais podem ser explicadas pelas análises feitas por Siqueira e Dell'Aglio (2006) a partir do modelo ecológico de Bronfenbrenner. Segundo este modelo, o microsistema das crianças e adolescentes abrigados envolve a própria entidade de atendimento, o mesossistema refere-se às interações entre o próprio Abrigo e a sua família de origem, entre a escola e o Abrigo, como também entre a família de origem e seus parentes, vizinhos, um programa social no qual a família participa, dentre outros. Segundo Siqueira e Dell'Aglio (2006), o microsistema e o mesossistema representam os ambientes cujos níveis de relação são proximais e suas influências são mais evidentes, sendo de crucial importância para os processos desenvolvimentais. O texto também ressalta que

aqueles ambientes nos quais o indivíduo não participa diretamente, mas recebe influência indireta, estão em seu exossistema, exemplificando que a direção da instituição, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos de crianças e adolescentes são instâncias que podem constituir o exossistema de crianças e adolescentes abrigados. Considerando a interferência do exossistema no desenvolvimento dos abrigados, cabe discutir, como ocorre a atuação desses órgãos junto aos Abrigos de crianças e adolescentes?

Dados de pesquisa sobre a atuação da rede de serviços de atenção aos Abrigos junto a essas entidades

A rede de serviços de atenção aos Abrigos é formada por diferentes órgãos públicos que se inter-relacionam a fim de propiciar melhor atendimento a crianças e adolescentes abrigados (Carvalho, 1993). Entre as tarefas dessa rede de proteção, aos Abrigos, encontra-se a fiscalização das entidades. Segundo o artigo 95 do ECA (1990), essa tarefa cabe ao Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares.

A partir de consulta nas bases de dados Scielo, periódicos CAPES, Web of Science e Bireme foram encontrados apenas dois estudos que abordavam a relação de um dos órgãos acima citados junto a Abrigos de crianças e adolescentes: o Conselho Tutelar. Tratam-se dos trabalhos de Davidson – Arad, Englechin-Segal e Wozner (2003) e Ryan, Garnier, Zyphur e Zhai (2006).

O artigo de Davidson – Arad, Englechin-Segal e Wozner (2003), abordou uma importante tarefa dos conselheiros tutelares, ou seja: decidir se a criança exposta a fatores de risco será ou não abrigada. Referindo-se ao trabalho dos assistentes sociais de Israel, com função equivalente no Brasil aos conselheiros tutelares, os autores ressaltam que essa tarefa é um grande desafio, pois envolve os direitos dos pais de educarem os filhos, os direitos dos filhos de viverem em família e, ao mesmo tempo, de ser protegidos de

episódios de violência e negligência, sendo que, muitas vezes, essa decisão ocorre sob circunstâncias adversas, por exemplo, pouco tempo e informação insuficiente sobre o caso.

Considerando esses aspectos, os autores realizaram um estudo com o objetivo de acompanhar o bem-estar de crianças expostas ao risco (por exemplo, abuso ou negligência), após a decisão dos conselheiros de as crianças continuarem ou saírem de suas casas. Os assistentes sociais avaliaram a qualidade de vida de três grupos de crianças: crianças cuja decisão fora mantê-las em casa, crianças que os conselheiros haviam removido para uma instituição do tipo casa-lar e crianças que permaneceram em casa apesar da decisão das mesmas serem removidas. O conceito de qualidade de vida foi definido como a função efetiva do indivíduo em 16 áreas obtidas a partir da combinação de quatro campos de atividade (psicológico, físico, social e cultural) e quatro modos de ação (expressão, adaptação, integração e conservação), sendo que os autores utilizaram um instrumento que abordou tais aspectos. A avaliação aconteceu em dois momentos: primeiro quando os assistentes sociais começaram a avaliar se as crianças seriam ou não removidas de suas casas e seis meses mais tarde. Segundo os autores, os resultados mostraram que a qualidade de vida das crianças, nos três grupos, era similar na primeira avaliação e diferente na segunda. A qualidade de vida das crianças que haviam sido removidas de sua casa melhorou, por sua vez a qualidade de vida das crianças que permaneceram em casa, de acordo com a escolha dos profissionais, manteve-se praticamente a mesma e, finalmente, a qualidade de vida das crianças para as quais foi decidida a retirada da casa e a decisão não foi implementada houve um declínio de qualidade de vida.

Os dados desse estudo denunciam o impacto da decisão dos profissionais sobre o desenvolvimento das crianças expostas ao risco, permitindo a discussão a respeito da qualidade das instituições que receberam as crianças. Segundo Davidson-Arad, Englechin-

Segal e Wozner (2003), as crianças que ficaram em casas-lares tiveram um escore de qualidade de vida superior àquelas que ficaram em instituições do tipo convencional.

Ryan, Garnier, Zyphur e Zhai (2006), também, investigaram a interação de conselheiros tutelares junto a Abrigos para crianças e adolescentes. Os autores realizaram um estudo com o objetivo de investigar os efeitos das características dos conselheiros tutelares na promoção do bem-estar de crianças que estavam sob a tutela do estado, por exemplo, em Abrigos. Especificamente os autores procuraram investigar como três variáveis se relacionavam com o fato de as crianças cumprirem sua estadia nos serviços de bem-estar ao menor e na reunificação com famílias, sendo elas: a frequência de visitas dos conselheiros tutelares a essas crianças, o nível de formação dos conselheiros (se apresentava Mestrado) e a etnia do conselheiro tutelar pareada à etnia da criança visitada. Os resultados indicaram que as crianças que recebiam visitas mais frequentes dos conselheiros cumpriam a estadia esperada nos Abrigos, mas apresentavam menor probabilidade de serem encaminhadas para uma família, seja a natural ou adotiva. As crianças que eram acompanhadas por conselheiros com grau de mestrado ficavam em média 5,15 meses a menos nas entidades se comparadas às crianças que não ficavam sob os cuidados desses conselheiros e não se observou relação entre a formação do conselheiro e a conquista de um lar substituto para as crianças ou volta para a família original. Quanto a relação entre a etnia das crianças e raça do conselheiro, constatou-se que as crianças negras sempre tiveram menor probabilidade de ser adotadas, independente da raça do conselheiro. Já as crianças latino-americanas têm menor chance de serem encaminhadas à família quando cuidadas por um conselheiro afro-americano e essa mesma população ficou mais tempo nas instituições em comparação com crianças brancas e afro-descendentes independente da raça do conselheiro que as supervisionava.

Para se analisar os dados proporcionados por esse estudo, cabe apresentar algumas questões: primeiro, os autores não especificam o que significa “cumprir o tempo esperado na instituição”, a princípio esse termo sugere que a criança só estava permanecendo o tempo necessário, ou seja, voltava para a/uma família assim que a mesma passava a apresentar as condições de recebê-la. No entanto, essa explicação é contraditória quando o estudo insere a variável reunificação com a família. Além desse aspecto, os próprios autores descrevem que o estudo não oferece dados para explicar as relações proporcionadas por ele, mas sinalizam que o trabalho abre espaço para uma nova discussão, ou seja, a relação entre o perfil do conselheiro tutelar e os encaminhamentos proporcionados para as crianças abrigadas. Ryan, Garnier, Zyphur e Zhai (2006) sugerem que outros aspectos sejam estudados, como: o tempo em que os conselheiros tutelares dedicam às crianças abrigadas, as características do vínculo, opiniões do conselheiro, a respeito desta tarefa, e dados referentes à história de trabalho dos mesmos. Além dessas sugestões de pesquisa, feitas pelos autores em relação à prática dos conselheiros tutelares, outros estudos sugerem o investimento em formação continuada para esses profissionais, como será descrito a seguir.

Entre esses trabalhos está o de Souza, Teixeira e Silva (2003), que realizaram um estudo com o objetivo geral de compreender a aplicação das prerrogativas previstas no ECA (1990) no que tange ao direito à escolarização. Para isso os autores acompanharam o trabalho de um Conselho Tutelar objetivando investigar como a escola comparecia no conjunto de queixas a ele encaminhadas, como as queixas eram entendidas e os encaminhamentos dados a elas. Segundo Souza e cols. (2003) a relação entre a escola e Conselho Tutelar investigados era marcada pela informalidade, pois não havia contato freqüente e sistematizado entre as duas instituições. Por exemplo, a escola não informava, continuamente, o Conselho Tutelar a respeito dos casos de evasão escolar e o Conselho,

por sua vez, não cobrava tal postura. Um dos dados que merece atenção é a falta de ações conjuntas entre escola e Conselho Tutelar. Uma hipótese possível, que o presente trabalho pretende investigar diz respeito à falta de ações conjuntas entre Conselho Tutelar e coordenadores de Abrigos.

Um estudo diretamente relacionado com a prática do conselheiro tutelar foi o de Marcondelli (2004). A autora desenvolveu um trabalho, na realidade brasileira, com o objetivo de capacitar o conselheiro tutelar a identificar os principais fatores de risco e fatores de proteção que influenciam o desenvolvimento infantil por meio de um curso de capacitação. Os resultados do trabalho apontam para um aumento na média de acertos dos participantes em todos os instrumentos de avaliação que foram aplicados antes e após o curso, indicando a eficácia do trabalho. Assim como Marcondelli (2004) sugere que os conselheiros tutelares apresentam pouca habilidade em identificar sob quais fatores de risco e proteção crianças e adolescentes são expostos, pode-se argumentar que, possivelmente, os conselheiros tenham pouca habilidade ou carência de critérios específicos ao avaliarem os Abrigos, aspecto que é foco do presente estudo. Parte-se do pressuposto de que o primeiro passo para capacitar o conselheiro tutelar a atuar junto aos Abrigos é a investigação de suas práticas, bem como dos efeitos das mesmas.

Os artigos acima selecionados destacam o impacto da qualidade das ações dos conselheiros tutelares sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e, também, apontam a necessidade de formação continuada para esses profissionais. Deve-se ressaltar, também, a escassez de trabalhos científicos que abordam essa temática, pois, nas fontes consultadas não foram encontrados artigos nacionais com o objetivo de pesquisar a atuação da rede de atenção às crianças e adolescentes junto aos Abrigos e na literatura estrangeira foram encontrados apenas dois, os quais discutiam o impacto da decisão de abrigamento (Davidson-Arad, Englechin-Segal e Wozner, 2003) e como algumas características de

conselheiros tutelares poderiam influenciar o desenvolvimento da população atendida (Ryan, Garnier, Zyphur e Zhai , 2006).

Considerando que os conselheiros tutelares, como os demais profissionais que atuam junto às entidades para crianças e adolescentes mediam o desenvolvimento das mesmas e a escassez de literatura científica sobre esse tema, o presente trabalho busca responder: como ocorre a atuação desses órgãos junto aos Abrigos de crianças e adolescentes? Considerando a gama de atividades desenvolvidas por esses profissionais, junto aos Abrigos, o presente trabalho selecionará, para análise, a tarefa de fiscalização das entidades de atendimento. Seguem a descrição de elementos que justificam a escolha deste tópico.

Sobre a relevância do estudo

Pode-se destacar que o ECA (1990) responde a algumas perguntas relacionadas à avaliação dos Abrigos, como: Quem avalia os Abrigos? O que será feito se a instituição estiver irregular? Quais são os critérios a ser avaliados? No entanto essas perguntas são respondidas de forma incompleta, pois são previstas apenas punições para as entidades irregulares, mas não como os avaliadores poderiam orientar tais instituições. Sobre os critérios de avaliação, os artigos 91 e 92 do estatuto indicam características esperadas para essas entidades, como se segue:

“Art. 91. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

Parágrafo único. Será negado o registro à entidade que:

- a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta lei;

- c) esteja irregularmente constituída;
- d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de Abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I-preservação dos vínculos familiares;

II-integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III-atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV-desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V-não desmembramento de grupos de irmãos;

VI-evitar, sempre que possível a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII-participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único. O dirigente da entidade de Abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito”. (Brail, 1990, pp.66 – 68).

Cabe ressaltar que os artigos do ECA acima apresentados permitem várias interpretações, provavelmente pela falta de uma descrição mais operacionalizada. Por exemplo, o que a entidade poderia fazer para a “manutenção dos vínculos familiares”? Nesta descrição cabem várias ações, como flexibilizar os horários de visita, entrar em contato com os familiares e oferecer um trabalho de atendimento junto à família.

Outras perguntas não são respondidas pelo ECA (1990) em relação à avaliação dos Abrigos, por exemplo: Como essa avaliação será realizada? Quais serão os encaminhamentos possíveis a partir do processo de avaliação, além da punição das entidades?

Marcondelli (2004) e Todorov e cols., (2005) também indicam que o ECA (1990), em alguns artigos, descreve suas leis de forma a não facilitar sua aplicação. Referindo-se às

descrições das funções dos conselheiros tutelares, Marcondelli (2004), ressalta que as mesmas são enunciadas de forma ampla e podem ocasionar dúvidas nas reais atribuições desses profissionais.

Todorov cols., (2005) realizaram um estudo sobre o ECA (1990) com o objetivo de identificar as contingências tríplexes entrelaçadas neste estatuto e categorizá-las entre contingências completas (aquelas que descrevem as condições antecedentes, respostas e conseqüências, ou os dois últimos termos sem a condição antecedente) e incompletas (aquelas que omitem um dos dois últimos elos). Em seus resultados o autor destaca que 52,77% das contingências descritas pelo ECA (1990) são incompletas. Dentre as medidas consideradas incompletas pelos autores encontram-se as contingências referentes às medidas de proteção, ou seja, contingências relacionadas aos Abrigos.

Considerando as perguntas de pesquisa, acima citadas, bem como a interferência da atuação da rede de assistência aos Abrigos no desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados, o presente trabalho busca descrever como os profissionais da rede de assistência aos Abrigos realizam a fiscalização dessas entidades.

Objetivos

O objetivo geral desse trabalho foi o de descrever e analisar o comportamento dos diferentes profissionais de rede de assistência aos Abrigos ao avaliar as referidas entidades.

Mais especificamente pretendeu-se:

A) Descrever as estratégias utilizadas pelos profissionais ao avaliarem os Abrigos.

Entende-se estratégia como a característica da abordagem ao Abrigo, por exemplo:

freqüência de visitas, observação do Abrigo e/ou discussão com coordenadores de Abrigos e entrevistas com abrigados.

- B) Identificar sob quais indicadores de qualidade dos Abrigos o comportamento dos profissionais estava sob controle quando os mesmos realizavam a avaliação dessas instituições. Por indicadores de qualidade entende-se os itens sugeridos pelo ECA para funcionamento dos Abrigos, bem como as sugestões da literatura da área.

Cabe ressaltar que este trabalho foi organizado em dois estudos. O primeiro estudo, além de contemplar os objetivos descritos acima, teve a função de testar os instrumentos elaborados pela autora, os quais foram re-aplicados no Estudo 2 após as modificações necessárias.

Estudo 1

Método

Triagem dos participantes

Foram convidados a participar da pesquisa, todos os profissionais que, segundo o ECA, têm a função de avaliar os Abrigos: conselheiros tutelares, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente³, promotor e juiz da Vara da Infância e Juventude do Município. Cabe ressaltar que além dos profissionais citados pelo ECA, houve o acréscimo de outros profissionais de acordo com a política da cidade.

A pesquisadora contou com a participação de todos os representantes dos órgãos citados acima, exceto de um dos conselheiros tutelares que optou por não participar e o promotor, o qual havia tomado posse no município há algumas semanas e declarou que ainda não tinha informações sobre a política de abrigamento da cidade. Além dos profissionais citados pelo ECA, os conselheiros tutelares sugeriram à pesquisadora que entrevistasse outros profissionais que também fiscalizavam os Abrigos no município, sendo eles: um representante do Conselho Municipal de Assistência Social e a Assistente Social do poder judiciário, os quais aceitaram participar da pesquisa. Além dos avaliadores, coletou-se dados com o coordenador do único Abrigo da cidade, com o objetivo de contribuir com dados qualitativos.

Participantes

Participaram desse estudo 9 pessoas de um município de pequeno porte (aproximadamente 30.000 habitantes)⁴ do centro oeste paulista: oito profissionais responsáveis pela avaliação dos Abrigos e a coordenadora do único Abrigo da cidade.

³ Apesar deste órgão não ser citado no artigo 95 do ECA como responsável pela avaliação dos Abrigos, ele é mencionado no mesmo documento como responsável pela liberação de verbas do município às entidades, atividade que é precedida de uma avaliação institucional.

⁴ Dado disponibilizado no site www.ibge.gov.br

A tabela abaixo apresenta os dados que caracterizam os participantes do Estudo 1.

Tabela 1. Caracterização dos participantes do Estudo 1

Participantes	Escolaridade	Sexo	Idade	Função	Tempo de atuação/anos
A1	Ensino Médio	F	50	Conselheiro Tutelar	2
A2	Curso Superior (Advocacia e Jornalismo)	M	38	Conselheiro Tutelar	2
A3	Ensino Médio	M	51	Conselheiro Tutelar	2
A4	Curso Superior (Pedagogia)	F	55	Conselheiro Tutelar	2
A5	Curso Superior (História)	F	48	Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	2
A6	Curso Superior (Administração)	M	55	Conselheiro Municipal da Secretaria de Assistência Social	2
A7	Curso Superior (Serviço Social)	F	43	Assistente Social do Poder Judiciário	10
A8	Curso Superior (Advocacia)	M	30	Juiz	2
C1	Curso Superior (Serviço Social)	F	40	Coordenadora do Abrigo da cidade	9

A Tabela 1 apresenta as informações que caracterizam os profissionais entrevistados, sendo eles: quatro conselheiros tutelares do município, uma das integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um integrante do Conselho de Assistência Social do Município, a assistente social do Poder Judiciário, o juiz da cidade e a coordenadora do Abrigo. A idade média dos participantes foi de 45,5 anos, variando de 30 a 55 anos, quatro participantes eram do sexo feminino e quatro do sexo

masculino sendo que o tempo médio de atuação dos participantes era de 3,7 anos (variando de 2 a 10 anos).

Material

Para a realização desta pesquisa foram utilizados os seguintes materiais: gravador, fitas cassetes e cópias dos instrumentos de coleta de dados.

Instrumentos de coleta de dados

1- Roteiro de Entrevista Individual com os profissionais que avaliam os Abrigos.

O instrumento acima foi desenvolvido pela autora e teve o objetivo de investigar se os profissionais responsáveis pela avaliação dos Abrigos realizavam essa tarefa, como a faziam e com qual frequência. A primeira parte do roteiro consiste em questões relacionadas à caracterização dos participantes, como idade, sexo e formação acadêmica. A segunda parte é composta por questões relacionadas às estratégias utilizadas pelos profissionais para avaliarem os Abrigos (como visitas e reuniões), frequência das mesmas e aspectos observados nessas ocasiões. No roteiro também são direcionadas perguntas aos profissionais que por ventura relataram não avaliar os Abrigos. Essas têm o objetivo de investigar o conhecimento dos mesmos a respeito do ECA (1990), considerando que este documento determina a tarefa de fiscalização dessas entidades (Anexo 1).

2- Roteiro de Entrevista Individual com coordenadores dos Abrigos.

O roteiro elaborado, pela autora, teve como objetivo levantar informações a respeito: a) da qualidade do serviço prestado pela entidade, ou seja, em que medida os indicadores de qualidade dos Abrigos sugeridos pela literatura estão presentes nestas instituições; b) da avaliação que os coordenadores dos Abrigos fazem das estratégias de monitoramento utilizadas pelos diferentes órgãos competentes, c) dos aspectos observados

por esses órgãos e d) da avaliação que os entrevistados fazem do funcionamento das entidades que coordenam.

O instrumento está organizado em oito partes: dados pessoais, caracterização da instituição, conhecimento do coordenador sobre o plano de trabalho e papel a ser desempenhado dentro do Abrigo, conhecimento e avaliação a respeito das estratégias utilizadas pelos órgãos competentes para fiscalização da entidade, conhecimento e avaliação dos indicadores de qualidade observados pelos órgãos fiscalizadores, avaliação pessoal sobre pontos positivos e negativos da instituição, descrição de comportamentos que denotem “liderança” e “coesão grupal”, normas de funcionamento da instituição e trabalho realizado junto às famílias dos abrigados (Anexo 2).

3) Protocolo para análise dos relatórios e quaisquer outros documentos elaborados pelos profissionais competentes após avaliação dos Abrigos.

Esse instrumento, elaborado pela pesquisadora, busca complementar os dados apresentados pelos avaliadores dos Abrigos por meio da entrevista. O material investiga: aspectos observados pelos avaliadores dos Abrigos, comportamentos dos avaliadores (por exemplo, se fazem perguntas e/ou orientam) e a qualidade dos encaminhamentos (quando são realizados (Anexo 3).

Procedimento de Coleta de dados

Em um primeiro momento a pesquisadora encaminhou o projeto dessa pesquisa ao Comitê de Ética da Ufscar, o qual emitiu parecer favorável à sua realização (Anexo 4).

a) Contato e coleta de dados junto aos profissionais responsáveis pela avaliação dos Abrigos-

A pesquisadora entrou em contato com a presidente do Conselho Tutelar do referido município, descreveu os objetivos de seu estudo e convidou-a a participar de sua pesquisa. Por meio de sugestão da presidente do Conselho Tutelar a pesquisadora participou de uma das reuniões dos conselheiros tutelares, expôs aos participantes os objetivos de sua pesquisa, os cuidados éticos do trabalho e estendeu seu convite aos mesmos. Nesta mesma ocasião, foram agendados os horários para as entrevistas individuais junto aos conselheiros que aceitaram o convite, as quais ocorreram na sede do Conselho Tutelar e residência de alguns dos participantes, conforme a solicitação dos mesmos. Na situação das entrevistas foi solicitada autorização para utilização dos dados coletados por meio de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em tal termo também foi solicitada permissão para gravação das entrevistas (Anexos 5 e 6).

Nesta etapa também foram contatados os outros profissionais responsáveis pela avaliação dos Abrigos, sendo eles: Juiz, Assistente social do Judiciário, Promotor e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seguindo o mesmo procedimento de esclarecimento da pesquisa, por meio de contato individual.

Em seguida foram realizadas as entrevistas individuais. Apenas com o Juiz e o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi adotado outro procedimento. O primeiro participante preferiu responder às questões por escrito justificando a indisponibilidade de tempo e o segundo solicitou responder às perguntas junto com o presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, declarando realizar o monitoramento das entidades junto com esse profissional. A pesquisadora, também, solicitou a leitura de documentos realizados por esses profissionais como registro do monitoramento dos Abrigos. Apenas o juiz dispunha desse material, o qual foi acessado para análise.

b) Contato com a instituição Abrigo e coleta de dados

Nesta ocasião a pesquisadora, assim como o fez com os profissionais responsáveis pela avaliação dos Abrigos, convidou a coordenadora da instituição a participar da referida pesquisa a qual aceitou o convite.

c) Devolutiva

Após o término do presente trabalho a pesquisadora entrará em contato com os participantes e apresentará os resultados obtidos.

Tratamento e Análise dos Dados:

Para tratamento e análise dos dados as entrevistas foram transcritas e em seguida foram elaboradas as seguintes categorias de informações (as quais também estão organizadas em subcategorias): situações descritas pelos profissionais responsáveis pela fiscalização dos Abrigos como condições que proporcionam a avaliação das entidades (por exemplo, semanalmente, quinzenalmente ou diante de denúncias), descrição dos mesmos participantes a respeito de estratégias utilizadas para avaliar as entidades (por exemplo, visitar ou solicitar informações por meio de técnica do judiciário) e relato dos entrevistados sobre os aspectos avaliados por eles quando fiscalizam as entidades (por exemplo, itens sugeridos pelo ECA para funcionamento das entidades, bem como as sugestões de trabalhos da área). Essas informações foram organizadas em tabelas e os dados obtidos com a coordenadora do único Abrigo da cidade foram descritos de forma qualitativa.

Resultados

Estratégias utilizadas pelos participantes para a avaliação/fiscalização dos

Abrigos:

A apresentação dos dados a respeito das estratégias relatadas pelos profissionais para a avaliação dos Abrigos será organizada da seguinte maneira: em um primeiro momento serão descritas as situações que proporcionam a avaliação dos Abrigos e, na sequência, os comportamentos apresentados pelos conselheiros tutelares ao avaliar essas entidades. Os dados apresentados nessa seção foram obtidos a partir do instrumento apresentado no Anexo 1.

Na Tabela 2 estão apresentadas as situações descritas pelos participantes como condições que proporcionam a avaliação das entidades.

Tabela 2. Situações descritas pelos participantes como condições que proporcionam a avaliação das entidades.

Situações de avaliação	Profissionais
Funcionários do Abrigo solicitavam a presença do Conselho Tutelar em função de brigas das crianças e adolescentes abrigados.	A4
A escola entrava em contato com o Conselho Tutelar devido a dificuldades escolares das crianças e adolescentes abrigados.	A4
No acompanhamento de crianças que Abrigou	A2
Posse como Conselheiro Tutelar (para conhecer o Abrigo).	A2
Visitas quinzenais	A3
Visitas semestrais	A7
Denúncias de maus-tratos dentro do Abrigo	A5, A6
O Abrigo solicitava alguma subvenção da Prefeitura	A5, A6
O Abrigo solicitava alvará de funcionamento	A5, A6

A1 e A8 não foram contemplados na Tabela 2, isso porque a primeira participante relatou que não avaliava o Abrigo da cidade e A8, não respondeu a essa pergunta no questionário que lhe foi entregue. Cabe ressaltar que A1 explicou porque não realiza

avaliação do Abrigo, descrevendo que essa função era do poder judiciário e que a ela apenas cabia o encaminhamento das crianças e adolescentes ao Abrigo quando necessário. Como esta função é prevista pelo ECA, a pesquisadora perguntou para a entrevistada se ela conhecia as determinações deste documento para o funcionamento dos Abrigos. Segue a resposta de A1:

“Isso aí... para eu falar a verdade para você, eu nem me enteirei. Se eu falo que me enteirei estou mentindo. Porque, eu penso assim, quanto menos crianças forem abrigadas melhor é. Então isso eu nem sei te responder...”

A Tabela 2 também ilustra que os participantes avaliavam o Abrigo em condições diferentes. Cabe ressaltar que apesar de descreverem situações nas quais realizavam o monitoramento dos Abrigos, A2 e A3 também sinalizaram que não viam necessidade para esta atividade. A2 relatou:

“É... e também uma das funções do Conselho Tutelar é verificar se as crianças estão bem abrigadas, cabe a nós conselheiros fazer uma visita na casa para ver se as crianças estão tudo bem, se estão bem protegidas e bem tratadas. Mas em nossa cidade a gente nem se preocupa com isso por conta da qualidade da casa Abrigo daqui. Eu não tenho muito contato com a casa Abrigo daqui, fui umas três vezes, uma vez para fazer uma visita para um abrigado. Mas...o tratamento que as crianças recebem... bem é excelente”

P: Como foram as três visitas que você fez?

“ É...eu fui para conhecer, uma primeira vez quando eu tomei posse no Conselho Tutelar para conhecer as crianças e a casa, passei uma meia horinha ali, conversei e tal. Na segunda vez eu realmente fui para ver se estava tudo em ordem, conversei com as crianças e perguntei se estava tudo em ordem e a terceira vez foi quando abrigamos três crianças, eles moravam com os avós, por

ordem judicial não tem dessa...tem que abrigar. Fui na escola onde ficava o menorzinho, peguei também, levei na casa Abrigo, a gente deu toda a orientação do remédio que tem que olhar, falei que qualquer dúvida eu falei onde era a escola e a casa dos avós. E essa crianças continuam lá. Faz uns sete, oito meses”.

Respondendo à questão feita pela pesquisadora, A2 respondeu porque o Abrigo da cidade não precisava de avaliação:

“ (...) É claro que eu não convivo com as crianças no dia – a - dia, então eu não posso falar que é tudo cem por cento, mas é o fato de que as crianças da casa são felizes lá dentro ,elas se dão bem lá dentro. Porque o fato de você tirar a criança de uma mãe, por mais sacana que a mãe seja, tem aquele laço de afetividade com a mãe. Então, quando você afasta uma criança de uma família, o choque é muito grande e a gente percebe que quando a criança chega na casa Abrigo, naqueles primeiros minutos ela assusta, mas logo se acostuma, as outras crianças são receptivas ali para receber as outras crianças. Então você chega lá com uma criança de fora e as outras crianças já falam: oi tio, quem está chegando agora? Vai ficar aqui com a gente, vai morar com a gente agora? As próprias crianças são receptivas e daí não é mais traumático para as crianças essa mudança de vida, para sair da sua família e ir para a casa Abrigo”.

Seguem as declarações de A3 sobre a falta de necessidade de fiscalização:

“Ah...isso (fiscalização) a gente sabe que o nosso Abrigo não precisa ! Hoje a estrutura que você visitou, você pode falar para mim: “ah ...mas lá não é casa Abrigo. Mas hoje a nossa casa Abrigo ela nasceu da vontade de um grupo de pessoas da cidade, inclusive de setores da igreja, por um ato de caridade, porque a igreja não tem obrigação nenhuma de ajudar ninguém, apenas a obrigação de mostrar o sentimento religioso, mas a cidade hoje tem a casa Abrigo que é gente que se dedica sem ganhar, menos as monitoras porque é o trabalho delas, mas hoje a gente vai ter uma casa Abrigo que será modelo, até a nível de estado, a nova construção que deve inaugurar em outubro ou novembro, porque a criança, se a gente der uma oportunidade para ela reage para o bem. Mas a fiscalização da casa Abrigo é simples para nós, se tiver uma ocorrência com a criança eles avisam o Conselho Tutelar”.

A3 justificou que o Abrigo não precisava de avaliação porque percebia que as educadoras do Abrigo eram educadas e porque a comunidade da cidade auxiliava a instituição por meio de campanhas beneficentes.

A tabela 3, abaixo, apresenta a descrição dos profissionais responsáveis pela fiscalização dos Abrigos a respeito de estratégias utilizadas para avaliar as entidades.

Tabela 3. Descrição dos profissionais responsáveis pela fiscalização dos Abrigos a respeito de estratégias utilizadas para avaliar as entidades.

Estratégias	Profissionais	
V I S I T A R	Visitar para observação	A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8
	Conversar com crianças e adolescentes abrigados durante as visitas	A2, A3, A4, A7
	Conversar com funcionários durante visitas	A4, A7
	Solicitar informação por meio de técnicos do Poder Judiciário	A8

Nota-se na tabela acima que todos os profissionais que declararam avaliar os Abrigos sinalizaram que realizavam visitas de observação. Três conselheiros tutelares (A2, A3 e A4) e a assistente social do Fórum indicaram que conversavam com crianças e adolescentes do Abrigo durante as visitas às entidades. A4 e A7 descreveram que conversam com funcionários durante as visitas e A8 indicou que solicitava informações por meio da técnica do judiciário.

A percepção do coordenador do Abrigo sobre as estratégias de avaliação utilizadas pelos órgãos fiscalizadores:

Foi questionado junto à coordenadora qual a sua percepção a respeito das estratégias de avaliação do Abrigo utilizada pelos órgãos fiscalizadores, de acordo com o instrumento apresentado no Anexo 2. Segue sua descrição:

“Acho muito superficial, eles fazem comentários depreciativos: “ai, coitadinho”, sinto que é um caráter assistencialista. Sinto que os conselheiros tutelares, em especial, não têm formação, acho que não avaliam nada. É uma coisa meio que paternalista, tipo: olham para o cabelo, e falam: olha que bonitinho (referindo-se às crianças abrigadas)”.

O conceito de avaliação para os entrevistados:

Um aspecto importante a ser destacado é a própria definição dos participantes a respeito de avaliação dos Abrigos. Apesar dessa questão não ter sido alvo da coleta de dados, cabe ressaltar o relato de alguns participantes que apresentavam essa informação.

A participante A1, por exemplo, explicou que o fato de o Abrigo ser transitório (em sua definição no ECA) descaracterizava a necessidade de sua avaliação, sugerindo que a avaliação só era necessária quando a instituição abrigasse crianças e adolescentes por um tempo fixo de tempo. Já os participantes A2 e A3 relatavam que o Abrigo da cidade não precisava de avaliação porque tinha um bom funcionamento, sugerindo que apenas devesse existir avaliação quando o Abrigo tivesse dificuldades aparentes.

Indicadores de qualidade que orientam a tarefa de fiscalização

Na tabela a seguir, serão apresentados os indicadores de qualidade que orientam a avaliação realizada nos Abrigos pelos participantes, segundo relato por meio de entrevista (a qual está apresentada no Anexo 1).

Tabela 4- Indicadores de qualidade que orientam a avaliação realizada nos Abrigos pelos participantes, segundo relato por meio de entrevista.

Indicadores de qualidade	A2	A3	A4	A5/A6	A7
Existência de um plano de ação				X	
Presença de uma equipe mínima de profissionais				X	X
Alimentos em boa condição de consumo			X	X	
Higiene		X	X	X	
Práticas educativas (se as monitoras são carinhosas).	X	X	X		X
Se as crianças participam de atividades promovidas pela comunidade do município.					X
Estrutura Física do Abrigo	X				

Os participantes A1 e A8 não foram incluídos na tabela acima porque a primeira declarou não avaliar o Abrigo e o último apresentou respostas vagas que não possibilitaram categorização. A8 respondeu que procurava avaliar *“se a finalidade da entidade está sendo atingida com êxito pelos profissionais que nela atuam”*.

Como se observa, os entrevistados que mais citaram itens foram A5 e A6, seguidos por A4 e A3. Cabe ressaltar uma das declarações de A3 sobre os indicadores de qualidade que orientam sua tarefa de avaliar:

“(...) E olha para mim tem outra coisa...eu não acho bom levar uma criança para um Abrigo com todo o conforto do mundo, claro que tem que ser bom, mas eu levo crianças pobres e se lá tem todos os confortos possíveis ela deixa de ser uma casa Abrigo, se fosse um internato tudo bem. Mas a casa Abrigo é transitória, daí a criança fica seis meses no conforto e depois volta para a pobreza, eu vou dar de novo um conflito na cabeça desta criança. Penso que a casa Abrigo tem que ser simples, como a nossa que tem amor, carinho, as moças que cozinham, limpam e dão carinho”.

Análise dos documentos que registram as estratégias utilizadas pelos órgãos fiscalizadores bem como indicadores de qualidade observados:

De acordo com os dados obtidos a partir do instrumento apresentado no Anexo 3, apenas o poder judiciário mantinha registros a respeito das visitas feitas aos Abrigos. Apesar de nenhum documento corresponder ao período de atuação dos avaliadores dos Abrigos entrevistados, cabe ressaltar algumas características desses documentos: tratava-se de cinco relatórios, sendo um deles do ano de 2001, dois do ano de 2002 e dois do ano de 2003. Todos os relatórios mantinham praticamente as mesmas informações: o número de crianças abrigadas, o quadro funcional da entidade, descrição das dependências da casa, estratégias que a entidade utiliza para arrecadar verbas extras, se a criança freqüentava a escola e serviços de saúde e se cada caso de abrigamento estava sendo avaliado individualmente.

Conclusões do Estudo 1

O procedimento utilizado neste estudo proporcionou dados que atendem aos objetivos propostos, pois foi possível descrever as estratégias de avaliação relatadas pelos entrevistados, bem como os indicadores de qualidade mencionados pelos mesmos como orientadores da referida tarefa. Dados como a falta de periodicidade para a realização da avaliação (para a maioria dos entrevistados) e ausência de sistematização dessa tarefa sinalizam a necessidade de investimento em formação continuada para esses profissionais.

Apesar dos dados promovidos pelo procedimento empregado algumas falhas foram diagnosticadas, sendo que para as mesmas foram planejadas alterações para minimizá-las no Estudo 2, como será descrito a seguir.

Mudanças que foram implementadas no Estudo 2

A partir dos dados obtidos no Estudo 1 concluiu-se que algumas mudanças deveriam ser implementadas nos instrumentos elaborados e outro questionário deveria ser acrescentado à pesquisa a fim de aumentar a probabilidade de coleta dos dados necessários para responder à pergunta de pesquisa do presente trabalho.

No roteiro de entrevista para os avaliadores dos Abrigos foi também acrescentada uma questão a respeito das facilidades e dificuldades no trabalho junto aos Abrigos. Constatou-se também, que essa entrevista proporcionava relatos vagos a respeito dos indicadores de qualidade observados por esses profissionais quando monitoravam os Abrigos. Nesse sentido, foi elaborado o *Questionário de Indicadores de Qualidade dos Abrigos* (anexo 7) com a sistematização de vários aspectos esperados para o funcionamento adequado destas instituições para que os profissionais respondessem para cada item se o considerava ou não no momento de monitoramento dos Abrigos.

Mudanças também foram realizadas no *Roteiro de Entrevista Individual* com os coordenadores dos Abrigos. Nessas entrevistas foram acrescentadas perguntas a respeito da avaliação que os participantes faziam do funcionamento dos órgãos fiscalizadores, como Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de complementar os dados que o estudo pretendia investigar a respeito da qualidade do monitoramento realizado por esses profissionais.

Dessa forma, o Estudo 2 foi conduzido com as alterações diagnosticadas pelo Estudo 1.

Estudo 2

Método

Triagem dos participantes

Todos os profissionais citados pelo ECA como responsáveis pelo monitoramento dos Abrigos aceitaram o convite. Foram convidados para representar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os integrantes da comissão de visitas desse órgão, sugestão realizada pela presidente do Conselho. Segundo a presidente, essa comissão tem a função de acompanhar os Abrigos para verificar se o plano de ação proposto pela entidade está sendo executado, bem como emitir alvará de autorização para o início das atividades de novas entidades ou novos projetos nas mesmas. Dentre as três integrantes dessa comissão, apenas uma aceitou participar da pesquisa. As demais justificaram que preferiam manter as informações do Conselho em total sigilo.

A fim de obter dados qualitativos a respeito da avaliação dos Abrigos, a pesquisadora contou com a participação dos coordenadores dos cinco Abrigos existentes na cidade.

Participantes

Caracterização dos Participantes

Participaram deste estudo 14 pessoas de um município de médio porte do centro oeste paulista (aproximadamente 350 mil habitantes)⁵, sendo nove profissionais os responsáveis pela avaliação dos Abrigos e cinco coordenadores de Abrigos.

A tabela 5 apresenta os dados que caracterizam os profissionais que avaliam os Abrigos pesquisados.

⁵ Dado disponibilizado no site www.ibge.gov.br

Tabela 5. Caracterização dos participantes (profissionais que avaliam os Abrigos pesquisados)

Participantes	Formação Universitária	Sexo	Idade	Função	Tempo de atuação/anos
A1	Terapeuta Ocupacional	F	37	Conselheira Tutelar	3
A2	Advocacia	F	41	Conselheira Tutelar	3
A3	Serviço Social	F	32	Conselheira Tutelar	3
A4	Serviço Social	F	35	Conselheira Tutelar	1,9
A5	Serviço Social	F	28	Conselheira Tutelar	3
A6	Serviço Social e Pedagogia	F	55	Conselheira Municipal da Secretaria de Assistência Social	4
A7	Serviço Social	F	43	Integrante da Secretaria do Bem-Estar Social	0,3
A8	Advocacia	M	30	Promotor	15
A9	Advocacia	M	40	Juiz	12

A tabela acima apresenta as informações que caracterizam os profissionais entrevistados que tinham a função de avaliar os Abrigos de acordo com as determinações do ECA, sendo eles: os cinco conselheiros tutelares do município, uma das integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o juiz da Vara da Infância e da Juventude, o promotor da cidade. Além desses profissionais a pesquisadora entrevistou uma das integrantes da Secretaria do Bem Estar Social (SEBES), pois naquele município a referida secretaria também tinha a função de monitorar os Abrigos. A idade média dos participantes foi de 38 anos, variando de 28 a 56 anos, sete participantes eram do sexo feminino e dois do sexo masculino, sendo que o tempo médio de atuação dos participantes foi de 5 anos (variando de 0,3 a 15 anos). Cabe ressaltar que os maiores períodos de

atuação referem-se ao promotor e ao juiz, 15 e 12 anos respectivamente; já entre os integrantes dos Conselhos Tutelares e Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente o período de atuação variou entre 1,9 e 4 anos, considerando que esses profissionais têm períodos máximos de atuação previstos pelo ECA, ou seja, três anos, podendo ser reeleitos por mais um triênio. O período de participação da representante da SEBES na função de monitoramento do Abrigo é estabelecido pela própria secretaria, no caso, a participante da pesquisa que representa esse órgão estava na função há apenas três meses.

A tabela 6 apresenta as informações que caracterizam os funcionários dos Abrigos investigados.

Tabela 6. Caracterização dos funcionários dos Abrigos investigados, quanto à idade, sexo, escolaridade e tempo de atuação na instituição.

Participantes	Formação Universitária	Sexo	Idade	Tempo de atuação no Abrigo em anos
C1	Serviço Social	F	30	1,8
C2	Psicologia	F	37	0,6
C3	Serviço Social	F	26	2,1
C4	Administração	M	44	9
C5	Serviço Social	F	52	0,6

Na tabela 6 constam os dados dos coordenadores dos cinco Abrigos pesquisados. Como se observa na tabela, todas as entidades possuem coordenador, sendo que em alguns Abrigos esse profissional exercia dupla função: no Abrigo 1 a coordenadora também respondia como assistente social, no Abrigo 2 como psicóloga e no Abrigo 3 como assistente social. Todos os coordenadores possuem ensino superior, a idade média dos

participantes foi de 37,8 anos, variando entre 26 e 52 anos. O tempo médio de atuação dos profissionais nos Abrigos foi de 2,8 anos, variando entre 0,6 e 9 anos.

Material

Foram necessários para este trabalho os mesmos materiais descritos no Estudo 1.

Instrumentos de coleta de dados

Foram mantidos os mesmos instrumentos utilizados no estudo anterior, feitas as modificações diagnosticadas, as quais já foram citadas. Segue a descrição do instrumento que foi acrescentado para a coleta de dados realizada na cidade B.

1) Questionário de Indicadores de Qualidade dos Abrigos

Este questionário, desenvolvido pela autora, teve o objetivo de complementar os dados obtidos na entrevista junto aos avaliadores dos Abrigos a respeito dos indicadores de qualidade observados por eles quando monitoram as entidades. Para a confecção deste instrumento foi realizado um levantamento dos indicadores de qualidade para os Abrigos sugeridos pelo ECA (1990), além dos trabalhos dos seguintes autores: Ali, Silva e Lunardelli (2004), Carvalho (2003), Carvalho (1993), Maricondi (1997), Prada (2002), Prada (2006) e Weber (2001).

O instrumento é formado por 25 questões. Para cada item é solicitado ao respondente que escreva se ele ou ela observa o referido aspecto na avaliação dos Abrigos. Em caso afirmativo, seguem-se questões que indagam exemplos e a frequência de tais aspectos. Em caso negativo as perguntas são referentes às dificuldades em relação à avaliação deste aspecto. (Anexo 7).

Procedimento

A) Contato e coleta de dados junto aos profissionais responsáveis pela avaliação dos Abrigos-

O procedimento foi o mesmo do adotado no Estudo 1. No entanto a pesquisadora solicitou, em um primeiro momento, a autorização da presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para realização da pesquisa no município, sendo que a mesma requisitou cópia do projeto de pesquisa a fim de avaliar a pertinência da presente pesquisa.

Após o consentimento da presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o convite para a pesquisa foi realizado pessoalmente junto aos profissionais responsáveis pela avaliação dos Abrigos e as entrevistas e aplicação de questionário ocorreram no ambiente de trabalho dos profissionais. Por exemplo, os conselheiros tutelares foram entrevistados nas sedes dos respectivos conselhos e o promotor no Fórum. Assim como no estudo piloto, o Juiz da Vara da Infância e Juventude solicitou que as perguntas fossem apresentadas por escrito.

B) Contato com as instituições Abrigo e coleta de dados

A pesquisadora entrou em contato com os coordenadores dos cinco Abrigos da cidade, convidou-os para participar da pesquisa explicando o objetivo da mesma e os cuidados éticos que seriam tomados durante esse estudo. A coleta de dados junto aos coordenadores ocorreu nas próprias instituições por meio de entrevista.

Cabe ressaltar que durante a coleta de dados, o Abrigo 3 foi fechado por ordem judicial. Um outro Abrigo da cidade também havia sido interditado judicialmente dias antes do contato previsto pela pesquisadora. Apesar de o Abrigo não estar em

funcionamento, sua coordenadora foi entrevistada pela pesquisadora: trata-se da instituição “5” indicada nesse trabalho.

Procedimento de tratamento e análise dos dados

Foi mantido o mesmo procedimento previsto para o Estudo 1.

Resultados

Estratégias utilizadas para a avaliação/fiscalização dos Abrigos:

A apresentação dos dados a respeito das estratégias relatadas pelos conselheiros tutelares para a avaliação dos Abrigos seguirá o mesmo procedimento adotado para o Estudo 1. No entanto, devido a maior variabilidade de estratégias de avaliação relatadas no presente estudo, as mesmas serão divididas em estratégias formais e informais. Os dados que serão descritos a seguir foram obtidos a partir do roteiro de entrevista apresentado no Anexo 1.

Na Tabela 7 estão apresentadas as situações descritas pelas participantes como condições que proporcionam a avaliação das entidades.

Tabela 7. Situações que proporcionam a avaliação dos Abrigos

Situações de avaliação		Profissionais
Periodicidade	Continuamente	A8, A7
Motivos	Nas fiscalizações semestrais	A1, A2, A3, A5, A9
	Nas fiscalizações bimestrais	A8
	No acompanhamento de crianças que Abrigou	A2, A5
	Diante de denúncias	A2, A6, A7
	Diante de ligações telefônicas e comparecimento de funcionário do Abrigo no Conselho Tutelar	A2
	Diante da solicitação do Abrigo de registro de funcionamento	A6
	Para acompanhar a execução do projeto da entidade bem como a utilização de verba pública	A6

A tabela 7 ilustra que todos os profissionais consultados relataram realizar algum tipo de avaliação, exceto A4, a qual descreveu não ter realizado monitoramentos nos Abrigos durante a sua gestão, justificando que no Conselho Tutelar no qual atuava essa tarefa era direcionada principalmente para a presidente do Conselho, ou seja, A1. No

entanto, esse fato não resultou em um maior número de relatos de situações de avaliação dessa profissional em detrimento dos outros colegas do conselho.

Como nota-se na tabela, os participantes A8 e A7 foram os únicos que relataram monitorar continuamente os Abrigos. A8 afirmou realizar essa tarefa por meio da leitura de processos e relatórios que chegam até ele e A7 por meio de visitas. Na categoria avaliações semestrais, todos os conselheiros que relataram avaliar os Abrigos, disseram que fiscalizam essas entidades nessas ocasiões. Aparentemente, em tal Conselho Tutelar, estava institucionalizada a avaliação com tal periodicidade. Já o promotor relatou que fazia, bimestralmente, visitas para fiscalização das entidades, demonstrando, também, a institucionalização de tal frequência.

Quanto à categoria “para acompanhar crianças que Abrigou”, apenas A2 e A5 a indicaram. A avaliação diante de denúncias foi relatada por A2, A6 e A7. Apenas A2 relatou que avaliava os Abrigos diante de ligações e comparecimento de técnicos no Conselho Tutelar. As três últimas categorias, “para conceder registro e liberação de funcionamento e para acompanhar a execução do projeto da entidade bem como a utilização de verba pública”, foram indicadas apenas por A6.

Estratégias formais e informais de avaliação dos Abrigos:

As estratégias formais referem-se às ações de avaliação planejadas pelos avaliadores, ou seja, eles visitavam ou acessavam documentos a fim de acompanhar os Abrigos. Já as estratégias informais referem-se a ações não planejadas para avaliar os Abrigos, mas os dados proporcionados por elas permitem uma apreciação sobre o funcionamento da instituição. Dentre essas estratégias enquadram-se a conversa com adolescentes que fogem das instituições e conversar com funcionários dos Abrigos quando esses procuram o Conselho Tutelar.

Essas categorias foram criadas porque foi possível inferir essa distinção nos relatos de alguns participantes, os quais foram obtidos a partir do roteiro de entrevista indicado no Anexo 1. A2, por exemplo, relatou que procurava acompanhar o Abrigo, também, por meio de ligações telefônicas e visitas dos técnicos das entidades à sede do Conselho Tutelar, mas que a fiscalização mais rigorosa ocorreria duas vezes por ano. A5 pontuou que participou de apenas uma fiscalização, mas que procurava visitar as crianças que abrigava para ver se estavam bem, visita que, também, tinham função de obter informações sobre o funcionamento dos Abrigos. Dessa forma, nessas duas categorias mais amplas enquadram-se as estratégias utilizadas pelos avaliadores dos Abrigos, como nota-se nas Tabelas 8 e 9 a seguir:

Tabela 8- Descrição dos profissionais responsáveis pela fiscalização dos Abrigos sobre estratégias formais utilizadas para avaliar as entidades.

Estratégias	Profissionais	
V IS IT A R	Visitar com agendamento prévio	A1, A2, A3, A5, A7
	Visitar sem agendamento prévio	A1, A2, A3, A8, A6, A7
	Visitar com uma equipe (CMDCA, Ministério Público e Conselho Tutelar).	A1, A2, A3, A5, A8, A6, A7, A9
	Conversar com funcionários durante as visitas	A1, A8
	Dar feedback aos funcionários durante as visitas	A1
	Conversar com crianças e adolescentes abrigados durante as visitas	A3
	Pesquisar prontuários durante as visitas	A1, A2, A3, A5, A8
	Solicitar o comparecimento de funcionárias do Abrigo ao C.T.	A2
	Ler processos e relatórios enviados pelo Abrigo	A8, A7
	Perguntar se o Abrigo precisa de ajuda	A8
	Reunir-se com a equipe do Abrigo	A1, A8, A7
	Reunir-se com a diretoria do Abrigo	A7
	Verificar a participação da entidade em treinamentos oferecidos pela SEBES	A7

Como nota-se na tabela acima a categoria “visitar” foi a mais citada. Essa categoria foi dividida em diferentes subcategorias a fim de demonstrar as diferentes ações relacionadas com a visita de avaliação.

A1, A2, A3, A5 e A7 relataram que em, algumas situações, faziam visitas com agendamento prévio. Os mesmos participantes relataram que, em outras ocasiões, preferiam visitar os Abrigos sem agendamento prévio, com a função de observar o Abrigo funcionando normalmente e não “mascarado” para ganhar uma avaliação positiva. Essa estratégia também foi citada por A6 e A8.

Todos os participantes que fiscalizavam os Abrigos relataram fazer essa tarefa semestralmente com uma equipe formada pelo CMDCA, Ministério Público, Conselho Tutelar e SEBES. A3 acrescentou que esta estratégia foi implementada no presente ano o que aperfeiçoou a fiscalização:

“melhorou em todos os aspectos, em relação à lei, porque tem documentos que nós não verificamos, mas o Ministério Público verifica; em relação à agilidade, ficou muito mais rápido, porque daí o Abrigo não vai receber o Conselho e daí duas semanas vai atender o Judiciário e também o comunicado para eles, a gente faz a ata, já manda, em uma semana já está assinado por todos e todos estão com sua cópia e na ata está lá o que precisa ser arrumado, se está bem, se não está, onde falhou... quanto tempo eles têm para estar se adequando...eu acho que nisto foi o nosso grande ganho”.

Apenas A1 e A8 descreveram que procuram conversar com os funcionários durante as visitas e dar feedback nesta mesma situação. Segue citação de A2: *“Eu não vou apenas para observar, ou já vou, vejo, sento, converso e avalio”.* Segundo a entrevistada, as conversas com os funcionários nos momentos de avaliação eram no sentido de indagar

respeito de irregularidades do Abrigo, ouvir sobre as dificuldades da instituição e sugerir alternativas para resolução dos problemas.

Segue a descrição de A3 para esta tarefa:

“depois de ver a parte burocrática a gente vai conversar com as meninas, bate-papo, geralmente senta todo mundo no chão e daí aparece uma com um suco e fala: “olha, fiz um suco para você!”... e daí a gente entra naquele ritmo para poder falar com elas e saber o que está acontecendo no Abrigo”.

A1, A2, A3, A5 e A8 relataram que pesquisavam os prontuários dos abrigados durante as visitas como uma forma de avaliação das entidades. A2 descreveu que solicitava o comparecimento dos funcionários dos Abrigos no Conselho Tutelar quando a referida entidade era alvo de denúncias. Os participantes A7 e A8 relataram que avaliavam os Abrigos por meio de relatórios e processos.

Apenas A8 relatou que perguntava aos funcionários do Abrigo se a instituição precisava de ajuda como uma forma de avaliação de suas necessidades. Já as três últimas categorias foram citadas apenas por A7, sendo elas: reunir-se com a equipe e diretoria do Abrigo, e verificar se a entidade participa dos treinamentos oferecidos pela SEBES.

Na tabela 9, abaixo, consta a descrição dos profissionais responsáveis pela fiscalização dos Abrigos a respeito das estratégias informais utilizadas para avaliar as entidades.

Tabela 9- Descrição dos profissionais responsáveis pela fiscalização dos Abrigos a respeito das estratégias informais utilizadas para avaliar as entidades.

Estratégias	Profissionais
Conversar com funcionários por telefone.	A2, A8 e A7
Conversar com funcionários dos Abrigos quando estes procuram pessoalmente o Conselho Tutelar.	A2
Conversar com crianças e adolescentes abrigados quando esses fogem do Abrigo.	A2

A2, A8, A7 relataram que as conversas ao telefone com os funcionários dos Abrigos permitiam o acompanhamento do funcionamento da entidade. Segundo A2, ela telefonava para os Abrigos para perguntar se as crianças estavam freqüentando a escola e se “*estava bem*”. Afirmou, também, que as ligações dos funcionários do Abrigo permitiam inferir se o Abrigo estava tendo problemas. Segundo a entrevistada, normalmente os assuntos abordados pelos funcionários incluíam dúvidas sobre as visitas dos pais e retirada de documentos.

A2, também, mencionou que as visitas dos funcionários do Abrigo ao Conselho Tutelar permitiam uma avaliação informal a respeito da instituição. Nessas situações, os técnicos tiravam dúvidas a respeito de diversos assuntos, como: vaga em escola, transferência de escola, se o adolescente havia fugido, se a família fazia visitas e possibilidades de profissionalização. A mesma entrevistada, também, relatou que as informações que ela obtinha conversando com as crianças quando fugiam do Abrigo eram uma forma de avaliação da entidade:

“Nas visitas, ou quando a gente aborda eles na rua, ou quando vem aqui no Conselho a gente pergunta por que fugiu e daí a gente pergunta e eles falam que apanharam dos próprios monitores, colegas. (...) então você tem que ouvir outras pessoas, então...é todo um processo investigatório para ver se realmente aconteceu.”

Dados obtidos em pesquisa documental a respeito das estratégias de fiscalização dos Abrigos:

Para descrever os dados referentes às estratégias de fiscalização dos Abrigos, dados que constam na tabela 12, torna-se necessário especificar outros aspectos desses documentos, como: quantos documentos referentes à essa tarefa foram encontrados e quais são os profissionais fiscalizadores citados em cada documento, dados que são indicados nas tabelas 10 e 11, respectivamente. Cabe ressaltar que o promotor da cidade e

representante da SEBES não autorizaram a pesquisa de documentos alegando a necessidade de sigilo das informações. Os dados descritos nas tabelas a seguir foram obtidos a partir do instrumento apresentado no Anexo 3.

A Tabela 10 indica que o CMDCA apresentava quatro registros de monitoramento do Abrigo distribuídos entre os anos de 2004 e 2005, o CT apresentava cinco registros correspondentes a 2005 e o Poder Judiciário três documentos.

Tabela 10. Descrição do número de registros referentes ao monitoramento das entidades apresentado por cada órgão:

Órgão Consultado	Número de registros por ano	
	2004	2005
CMDCA	2	2
CT	0	5
Poder Judiciário	0	3

A tabela 11, que se segue, descreve quais profissionais foram mencionados como presentes nos documentos pesquisados:

Como se observa na tabela 11, dos 11 registros disponíveis, apenas quatro refere-se a monitoramentos realizados de forma individual pelos avaliadores do Abrigo, tendo destaque os registros disponibilizados pelo Poder Judiciário, os quais dizem respeito a visitas feitas apenas por A9. Três registros referem-se ao monitoramento feito por uma equipe formada pelo CT, CMDCA e SEBES, dois registros indicam a parceria do CT e CMDCA na realização desta tarefa, um documento refere-se ao monitoramento realizado pelo CT em parceria com a Sebes e um dos documentos remete-se a uma avaliação feita

apenas por membros do CMDCA. Cabe ressaltar que foram pesquisados os documentos referentes aos anos de 2003, 2004 e 2005, os quais correspondem ao período no qual a maior parte dos avaliadores entrevistados estava em exercício, ou seja, os Conselheiros Tutelares. Na tabela abaixo seguem as informações contidas nos documentos referentes às ações realizadas pelos fiscalizadores para monitorar os Abrigos.

Tabela 11. Indicação de profissionais que estavam presentes nos eventos descritos nos documentos de cada órgão

Documentos	Relação de Documentos	Profissionais presentes
CMDCA	D1	A1, A6 e membro da SEBES que não participou da entrevista.
	D2	A1 e A6
	D3	A1 e membros do CMDCA que não participaram desta pesquisa.
	D4	A6 e outros membros do CMDCA que não participaram da entrevista e membros da vigilância sanitária.
CONSELHO TUTELAR	D5	A1
	D6	A1 e A7
	D7	A1, A7 e membro do CMDCA que não foi entrevistado
	D8	A1, A6 e membro da Sebes não citado
PODER JUDICIÁRIO	D9	A9
	D10	A9
	D11	A9

A tabela 12 indica que, dos 11 registros disponíveis, oito descreveram que os avaliadores orientavam os coordenadores do Abrigo a lidar com dificuldades da instituição, em dois documentos há registro de que os fiscalizadores faziam perguntas aos coordenadores dos Abrigos e em quatro documentos há o estabelecimento de prazo para a regularização da entidade, sendo três desses documentos expedido por A9.

Tabela 12. Orientações realizadas nos monitoramentos, segundo documentos:

Documentos consultados	Ações realizadas pelos fiscalizadores segundo as descrições dos documentos:
D1	<p>- Perguntaram por que algumas adolescentes fugiram do Abrigo.</p> <p>- Descreveram ações para que o problema acima fosse evitado.</p> <p>-Orientaram que as adolescentes não podiam ser as únicas responsáveis pela limpeza do Abrigo, mas deveriam apenas colaborar com esta tarefa.</p>
D2	<p>- Diante da denúncia de trabalho infantil, orientou-se: idade mínima de 14 anos para os trabalhadores, registro em CTPS, salário mínimo-hora, trabalho que proporcione formação técnico-profissional e compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos adolescentes.</p>
D3	<p>- Diante da pergunta da coordenadora do Abrigo sobre como lidar com os jovens que estavam para completar 18 anos, orientou-a a resgatar os vínculos familiares dos mesmos.</p>
D4	<p>- Sugeriram: a instalação de novos equipamentos elétricos, como chuveiros; limpeza da instituição; remoção do uso excessivo de trancas e cadeados, remoção do material em desuso da biblioteca, reorganização da disposição dos cômodos na instituição.</p>
D5	<p>- Perguntou-se o motivo das dificuldades identificadas e marcou nova reunião para orientação (para a qual não há registro).</p>
D6	<p>- Não há registro de ações.</p>
D7	<p>- Informaram ao coordenador que ele tinha 60 dias para organizar os documentos que estavam faltando</p>
D8	<p>- Orientou-se ao coordenador que realizasse a transferência dos adolescentes que estavam em situação “vulnerável”.</p>
D9	<p>-Orientou o coordenador a :</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) providenciar vistorias da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros no prédio da nova sede. 2) providenciar cópia do livro tomo e remeter cópia de todos esses documentos no prazo de 90 dias
D10	<p>Orientou o coordenador a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1)Cumprir as recomendações constantes da vistoria da Vigilância Sanitária no prazo de 90 dias.
D11	<p>Orientou o coordenador à:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1)Requerer utilidades pública estadual e federal, bem como registro no Conselho Nacional de assistência e Certificado de fins filantrópicos. 2)Cumprir as exigências apontadas na vistoria da Vigilância Sanitária. 3) Relacionar todos os bens da entidade no livro tomo que deverá ser remetido a juízo <p>Estabeleceu a condição: Prazo de 60 dias, sob pena de instauração de procedimento par a apuração de irregularidade em entidade de atendimento.</p>

Percepção dos funcionários dos Abrigos a respeito das estratégias de avaliação utilizadas pelos órgãos fiscalizadores:

Assim como no Estudo 1, além das descrições dos avaliadores dos Abrigos a respeito das estratégias utilizadas para monitoramento das entidades, a pesquisadora buscou investigar a percepção dos coordenadores dos Abrigos a respeito dessa tarefa, por meio da seguinte pergunta: “Qual a avaliação que você faz das estratégias de fiscalização utilizadas pelos órgãos competentes?”, a qual estava presente no instrumento descrito no Anexo 2. Seguem os relatos dos participantes:

Coordenadora do Abrigo 1:

CI: “Eu acho que a avaliação tem que acontecer sim, e até de uma forma mais efetiva. Eles olham para as condições de higiene e saúde, que são importantes, mas eu acho que a entidade sente uma falta de respaldo deles no sentido de melhoria de verbas, que a gente não os visse apenas como órgãos fiscalizadores, mas que eles cobrassem e ajudassem as entidades de outra maneira”.

P (pesquisadora): “A sua avaliação é que a atuação é deficitária porque eles fiscalizam mas não dão apoio?”

CI: “Sim, todos os órgãos. Todas as entidades hoje passam muitas dificuldades financeiras, o Abrigo 1, hoje está solicitando maior atenção dos órgãos para a gente ter um berçário, não somos diferentes de outras entidades, mas atender as crianças é muito caro, então a gente vai ter que reduzir o número de vagas e quando isso acontecer eu não sei como será”.

P: “Então você avalia que a estratégia é adequada e o que falta é o retorno da avaliação?”.

CI: “Sim”.

Coordenadora do Abrigo 2:

C2: “Eu avalio as estratégias como ótimas, porque eles estão bem próximos de nós. (...) o Juiz e o promotor, por exemplo, visitam o Abrigo, conversam com as meninas, olham os prontuários e quando precisamos de informação eles encaminham, por exemplo, quando não conseguimos achar os pais de uma menina em casa eles mandam o oficial de justiça e este notifica e obriga os pais a virem. Essas visitas feitas são de inspeção e avaliação, para ver se o ambiente tem condições de saúde, de higiene, se tem água encanada, chuveiro, como elas são atendidas no médico, então eles querem saber de tudo mesmo”.

Coordenadora do Abrigo 3:

Tal participante descreveu que as estratégias eram adequadas, porque por meio dos relatórios os profissionais se informavam das atividades desenvolvidas e pelas visitas checavam se as informações dos relatórios eram verídicas. No entanto fez outras considerações:

C3:“(...) talvez pudesse acontecer com maior frequência, de não fazer apenas com a coordenadora, mas fazer um debate, discutir... Porque talvez a dificuldade não esteja no coordenador, mas em alguns funcionários e muitas vezes quem está dentro não enxerga, mas quem está fora sabe explicar. Penso que deveria ter um momento só com o coordenador, mas também com toda a equipe e de repente estar providenciando mais cursos, no sentido de oferecer não só para a equipe técnica mas para os funcionários. Penso que falta um curso para elas conhecerem o estatuto e estratégias para lidarem com as meninas!

C3 acrescentou outras informações:

“Seria importante eles serem mais participativos, por exemplo, ligando para saber das adolescentes que Abrigou. Muitas vezes você leva um problema para o C.T. e eles falam: “nossa, mas como você não falou isso antes?” – Daí você fala: “Não, eu venho falando, você é que não presta atenção”!”. (...) É que a avaliação deles não tem um retorno, você tem que ficar em cima, não é uma coisa assim: “bate e volta”, você tem que ficar em cima. Eu sinto falta porque eu acho que lidar com as meninas é muito complicado, qualquer coisa que você ..uma palavra que você não soube dizer...é usada contra você profissional. Então, se as meninas saem daqui e fazem alguma reclamação, daí vem o órgão com a cobrança em cima de você, sem

saber exatamente o que está acontecendo: então eu penso que se houvesse um acompanhamento mais próximo isso não aconteceria, já saberia o que está acontecendo, não seria falho”.

Coordenador do Abrigo 4:

C4: “Eu acho o trabalho deles excelente, mas eles têm pessoas que podem trabalhar além disso”.

P: “O que o senhor acha excelente?”.

C4: “A competência desses órgãos. Eu creio que eles executam o que tem que avaliar, mas sinto que falta a postura de nos ouvir, eu sinto muito esta postura de impor”.

O entrevistado citou quais aspectos cada órgão avaliador poderia fazer diferente:

C4: “ Em relação ao Conselho Tutelar tem sido um relacionamento razoável, porque penso eu que o Conselho Tutelar, deveria ser um pouco mais parceiro das entidades e devido a esse distanciamento com as entidades, o único momento que eles vêem as crianças é quando eles vêm trazer as crianças e daí não dão mais satisfação nenhuma, não procuram tomar conhecimento de nada. Sabe: “toma que o filho é seu!”. Então é um relacionamento que na minha visão deveria ser melhorado.

A pesquisadora indagou o participante sobre o que o CT poderia fazer para ser “parceiro” do Abrigo. C4 respondeu que o conselho poderia visitar as crianças abrigadas com uma frequência maior e indicou que, o CMDCA também deveria mudar sua postura em relação às entidades, por meio de sugestão de alternativas diante de possíveis dificuldades dos Abrigos. O participante também relatou como outro órgão da cidade melhorou seu atendimento aos Abrigos, a SEBES:

C4- “ Por exemplo...quantas vezes pediam relatórios de folhas e folhas e para quê? Para nós trabalharmos por eles, eles tiravam dos questionários uma idéia e achavam que aquilo era a necessidade da

entidade e às vezes aplicavam para todas as entidades o que era necessidade de apenas uma entidade, falta um relacionamento maior de cada segmento e hoje mudou, cada parte da SEBES se diferenciou, porque a necessidade da creche não é igual à necessidade do Abrigo, não pode ser a mesma política da creche para o Abrigo.

Quanto ao Juiz... É um juiz sempre presente, que sempre busca estar visitando as entidades e isso trouxe um novo ânimo para as entidades, porque desde então elas sempre... Eram entidades que faziam o que tinha que fazer e com a chegada desse juiz houve um sentido de valorização do nosso trabalho.

P: *“O que ele faz que vocês percebam que ele valoriza o trabalho de vocês? “*

C4: Ele visita as entidades, cobra das entidades os documentos, cobra das entidades as atitudes de melhora, é... Então isso trouxe uma novidade para nossa cidade e a partir dessa nova visão do judiciário houve uma melhoria em todas as unidades que tiveram que se adequar à lei. Sempre nos atende quando há necessidade de audiência e estar sempre aberto ao diálogo, então isso foi muito importante para nós.

Quanto ao promotor, recentemente ele está se esforçando mais na área do Abrigo, porque o Abrigo em nossa entidade, ele nunca foi visto como as outras entidades da nossa entidade, como as creches... O Abrigo sempre foi visto com certa distância e agora está se vendo a necessidade e o trabalho que os Abrigos executam é importante e o promotor está sempre somando, com as portas abertas, buscando nos atender com atenção”.

A coordenadora do Abrigo 5 respondeu que no momento da entrevista não se lembrava de aspectos positivos e negativos da atuação desses órgãos.

O conceito de avaliação para os entrevistados

Assim como no Estudo 1, as respostas de alguns participantes permitem inferir a definição dos mesmos sobre a avaliação.

A entrevistada A6 , por exemplo, descreveu que faz visitas aos Abrigos com vários objetivos: para *“renovação, liberação e observação de projetos e diante de denúncias”*. A pesquisadora perguntou se ela considerava essas visitas como uma forma de avaliação ou

fiscalização e a entrevistada explicou que não, afirmando que denominava essa tarefa como atividades de orientação. A partir do relato da A6 pode-se notar que a entrevistada avaliava o Abrigo, usando habilidades de orientar e descrever alternativas para os responsáveis do Abrigo, como se observa:

“Como a visita que a gente fez no Abrigo 3, foi porque eles solicitaram a renovação da matrícula deles no Conselho e como eles tinham verba para projetos a gente já aproveitou para fazer vistas para ver se o projeto já estava sendo desenvolvido mesmo. A gente orienta, olha se eles podiam estar comprando equipamento, se na verdade a verba era só para pagar monitor, se podia, se não podia”.

Já as participantes A7, A1 e A2 fazem uma distinção entre fiscalização, avaliação e parceria. Segundo as participantes, a fiscalização é uma ação “impositiva”. Já a avaliação ou parceria permite a participação do Abrigo no processo de avaliação e possibilita a reorganização dessas entidades a partir dos aspectos avaliados como positivos e negativos. Seguem exemplos das descrições das entrevistadas:

A representante A7 deixa explícita a diferença que faz entre fiscalização e parceria.

Segue um trecho da entrevista:

P: *“O que você faz para construir essa parceria?”*

A7: *Eu tenho um relacionamento claro e aberto, eu não me posiciono enquanto uma técnica fiscalizadora, porque todos nós passamos por este processo de aprendizagem que tem que ser contínua, busco trabalhar de acordo com que manda a lei, de acordo com a nossa realidade, mas com o objetivo de efetivar o direito.*

P – *“Parece que você faz uma diferença entre ser fiscalizadora e parceira, é isso?”*

A7: *Sim, eu como pessoa faço essa diferença. Fiscalizadora busca que a entidade cumpra uma lei e daquela forma (...). Eu penso ser assim,*

eu poderia pegar o nosso projeto padrão e chegar na comunidade e falar: “olha, você cheque isso, cheque aquilo e isso você não procure mudar uma vírgula” mas a realidade daquele Abrigo não precisa de adaptação para nada? As crianças daquele Abrigo são todas iguais? Então nós temos um modelo, mas nós não temos a receita perfeita e desse modelo, dessa parceria vão surgir as novas necessidades, de implementação de projetos complementares, pra atender essas dificuldades”.

A2 fez as seguintes considerações:

“É que quando você fala em uma comissão fiscalizadora você já entende como uma subordinação... que a coisa vem de cima para baixo... para acusar situações irregulares (...) mas eu acho que o caráter orientador... é muito bom para as pessoas que estão do outro lado, por mais que o Conselho Tutelar tenha um poder muito grande a gente não pode sair canetando todo mundo. (...) A gente tem que ter uma cautela porque às vezes eles não tem recurso...não têm verba...e tem que ver também a condição que eles têm para oferecer.”

A1 não diferencia explicitamente fiscalização e avaliação, mas define as diferenças entre uma avaliação destrutiva e construtiva:

“(...) Vamos ouvir o Abrigo também: é isso que eu chamo de construtivo. Porque é muito simples se fazer uma ata e encaminha-la para o Ministério Público para as medidas cabíveis, só que isso é muito destrutivo, porque abala a estrutura do local, tem que ser muito mais criteriosa, não que a nossa não seja, mas o nosso objetivo não é fechar o Abrigo, é melhora-lo, não destruir aquilo que existe”.

Indicadores de qualidade relatados

Na Tabela 13, a seguir, encontram-se os indicadores de qualidade descritos pelos participantes nas entrevistas como observados durante a tarefa de monitoramento dos Abrigos.

Tabela 13. Indicadores de qualidade que orientam a avaliação realizada nos Abrigos pelos participantes, segundo relato por meio de entrevista.

Indicadores de Qualidade		Participantes							Proporção de avaliadores que citaram o item	
		A1	A2	A3	A5	A6	A7	A8		A9
Estrutura Física										
	Qualidade das dependências do Abrigo (cozinha, dispensa, refeitório).		X	X		X	X	X	X	6/8
	Se o Abrigo suporta o número de abrigados.					X				1/8
	Se as dependências físicas da instituição contribuem para a individualidade dos abrigados	X		X		X				3/8
	Higiene		X			X		X	X	4/8
	Salubridade								X	1/8
	Segurança								X	1/8
Alimentos Disponíveis				X						1/8
Documentação em dia	Registro no CMDCA			X		X			X	3/8
	Prontuário Organizado	X		X				X		3/8
	Cronograma de atividades	X		X			X		X	4/8
Rotina do Abrigo	Se as crianças e adolescentes freqüentam a escola		X	X				X		3/8
	Se o Abrigo oferece acompanhamento escolar		X							1/8
	Se as crianças e adolescentes freqüentam o médico			X				X		2/8
	Se o Abrigo oferece atividades para as crianças e adolescentes		X	X	X		X	X		5/8

Continuação da Tabela 13: Indicadores de qualidade que orientam a avaliação realizada nos Abrigos pelos participantes, segundo relato por meio de entrevista.

Quadro de Funcionários	Se os funcionários são contratados ou voluntários									X	1/8
	Se existe equipe técnica		X		X	X					3/8
	Se os funcionários acumulam funções						X				1/8
	Se os funcionários sabem explicar o funcionamento do Abrigo					X					1/8
	Práticas educativas dos funcionários	X	X							X	3/8
	Se os funcionários são pessoas idôneas									X	1/8
Medidas em relação à família	Se o Abrigo mantém irmãos juntos	X									1/8
	Se o Abrigo promove contato das crianças e adolescentes com seus pais	X									1/8
	Se os técnicos dos Abrigos fazem visitas domiciliares	X									1/8
Observação da criança e do adolescente abrigado	Como a criança está vestida e calçada									X	1/8
	Comportamento de interação do abrigado com o avaliador									X	1/8
	<i>Proporção de itens avaliados por avaliador</i>	<i>7/25</i>	<i>7/25</i>	<i>9/25</i>	<i>3/25</i>	<i>8/25</i>	<i>6/25</i>	<i>6/25</i>	<i>7/25</i>		<i>-----</i>

Como se observa na Tabela 13, os entrevistados indicaram ao todo 25 itens como importantes para orientar as avaliações dos Abrigos, no entanto, indicaram individualmente uma média de 6.7 itens. O avaliador que mais citou itens foi A3 (nove itens), seguido por A6 (oito itens). O participante que menos citou itens foi A5, apenas três itens.

Cabe ressaltar que 56% dos itens foram citados apenas uma vez neste estudo, ou seja, apenas um dos oito avaliadores enumerou tal item como importante para a sua avaliação. Os itens mais citados foram: higiene, se o Abrigo oferece atividades para as crianças e adolescentes e qualidade das dependências do Abrigo, os quais foram mencionados por 6, 5 e 4 participantes respectivamente.

A figura 1, abaixo, apresenta a porcentagem de indicadores de qualidade citados por avaliador em entrevista.

Indicadores de qualidade citados em entrevista:

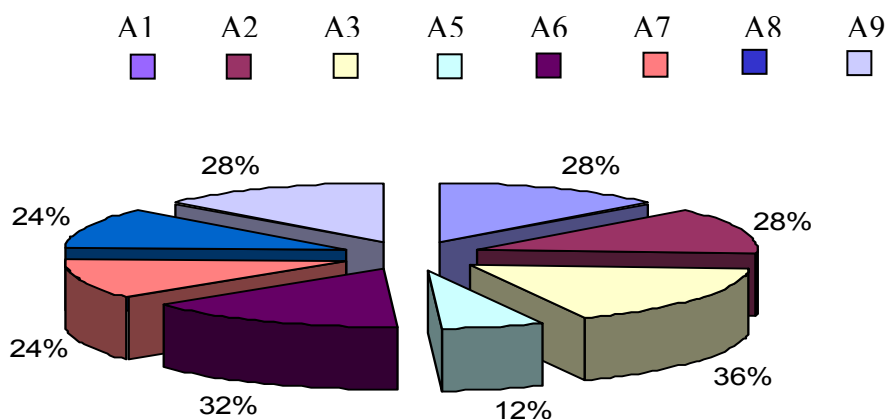


Figura 1- Porcentagem de indicadores de qualidade citados por avaliador em entrevista comparados ao número total de itens enumerados pelos participantes.

Como se nota na Figura 1, do total de indicadores de qualidade citados, ou seja, 25 itens, os avaliadores citaram uma média de 26,5 % dos itens. O avaliador que mais citou

indicadores de qualidade foi A3, a qual enumerou 36% dos itens, seguida pela A6, a qual indicou 32% dos itens. O avaliador que menos citou itens foi A5 (12% dos itens).

Na tabela 14, segue a descrição dos indicadores de qualidade mencionados pelos participantes no questionário.

A tabela 14 refere-se aos indicadores de qualidade citados pelos participantes, no questionário, como aspectos que orientam sua tarefa de avaliar os Abrigos. Dos 27 itens apresentados no instrumento, os participantes indicaram uma média de 20 itens. Observa-se que 33,33% dos itens foram indicados por todos os participantes, 29,67% dos itens foram mencionados por cinco dos oito participantes que responderam ao questionário, 22,22% dos indicadores de qualidade do questionário foram mencionados por quatro dos participantes e 11,11% por três avaliadores.

Tabela 14. Indicadores de qualidade que orientam a avaliação realizada nos Abrigos pelos participantes, segundo relato por questionário.

Itens do questionário	A3	A5	A6	A7	A8	A9	Proporção de avaliadores que citaram o item
Se os funcionários da instituição descrevem as finalidades e objetivos que o Abrigo pretende alcançar?	X	X	X	X		X	5/6
Se a instituição possui equipe com coordenador, monitor, assistente social, psicólogo, cozinheira e auxiliar de serviços gerais?	X	X	X	X	X	X	6/6
A frequência com a qual as propostas da instituição são discutidas e revistas pelos funcionários.						X	1/6
Se os funcionários identificam a relação entre seu trabalho e dos demais funcionários do Abrigo, por ex. se os monitores conhecem o papel da assistente social, etc...	X		X			X	3/6
Se os funcionários identificam o papel dos órgãos gestores do Abrigo?	X		X	X	X	X	5/6
Os critérios adotados pelo Abrigo para selecionar os funcionários?			X			X	2/6
Se os diferentes funcionários do Abrigo têm clareza dos papéis a serem desenvolvidos? (descrevem suas ações de acordo com o sugerido pelo ECA e plano de trabalho da instituição).	X				X	X	3/6
Se os coordenadores dos Abrigos desempenham um papel ativo e de liderança, por ex, fazendo reuniões com funcionários.		X	X	X	X	X	5/6
Se o plano de trabalho do Abrigo é compatível com os princípios do ECA?	X	X	X	X	X	X	6/6
Se os funcionários já receberam algum treino em relação ao ECA.		X	X	X		X	4/6
Se existe coesão entre os funcionários do Abrigo, por exemplo, se existe colaboração entre os membros.	X		X	X		X	4/6
As práticas diárias da instituição, por ex, horário para a escola, refeição, número de refeições.	X	X	X	X	X	X	6/6
Se a estrutura do Abrigo suporta o número de abrigados?	X	X	X	X	X	X	6/6

Continuação Tabela 14:

Se os abrigados participam de atividades fora do Abrigo, como escolas, projetos comunitários, se freqüentam postos de saúde, igreja.	X	X	X	X	X	X	6/6
Se os adolescentes participam de atividades que visem a profissionalização.	X	X	X	X	X	X	6/6
Se o Abrigo possibilita o uso dos objetos trazidos pelas crianças e adolescentes de sua casa.	X			X	X	X	4/6
Se no Abrigo existe o registro de momentos vividos na instituição, por ex, fotos.	X	X	X	X		X	5/6
Se o Abrigo mantém uma política de não desmembramento de grupos de irmãos.	X		X	X	X	X	5/6
Se o Abrigo evita, sempre que possível, a transferência de abrigados para outras entidades.	X	X	X	X	X	X	6/6
Se existe um programa de formação continuada para os funcionários?	X		X		X		3/6
As práticas educativas dos monitores na interação com crianças e adolescentes do Abrigo.	X		X	X		X	4/6
As ações do Abrigo em relação a preservação dos vínculos familiares e integração em família substituta.	X	X	X		X	X	5/6
Iluminação/Arejamento	X	X		X	X	X	5/6
Acessibilidade Arquitetônica	X	X			X	X	4/6
Higiene, salubridade e segurança	X	X	X	X	X	X	6/6
Disponibilidade de brinquedos	X	X	X		X	X	5/6
Disponibilidade de objetos e vestuários pessoais.	X	X			X	X	4/6
<i>Proporção de itens avaliados por avaliador</i>	23/ 27	17/ 27	21/ 27	18/ 27	19/ 27	26/ 27
<i>Porcentagem de itens avaliados por avaliador</i>	85,1	62,9	77,7	66,6	70,3	96,3

A figura 2 abaixo apresenta a porcentagem de indicadores de indicadores de qualidade citados por avaliador comparados ao número total de itens enumerados pelos participantes.

Porcentagem de indicadores de qualidade citados por avaliador:

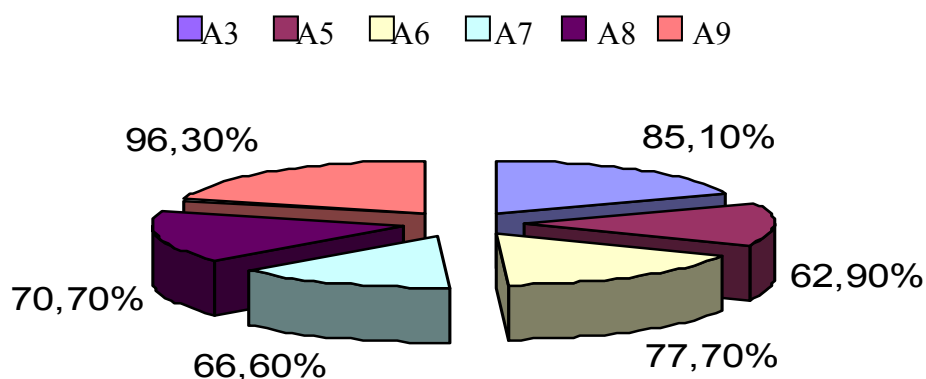


Figura 2- Porcentagem de indicadores de qualidade citados por avaliador no questionário comparados ao número total de itens enumerados pelos participantes.

Como se nota na Figura 2, do total de indicadores de qualidade do instrumento, (ou seja, 27 itens) os avaliadores citaram uma média de 76,55 % dos itens. O avaliador que mais citou indicadores de qualidade foi A9, a qual enumerou 96,3% dos itens, seguido por A3, a qual indicou 85,1% dos itens. O avaliador que menos citou itens foi A7 (62,9% dos itens).

Já a Figura 3 apresenta uma comparação do número de indicadores de qualidade citados pelos participantes na entrevista e no questionário.

Relação entre dados obtidos na entrevista e questionário:

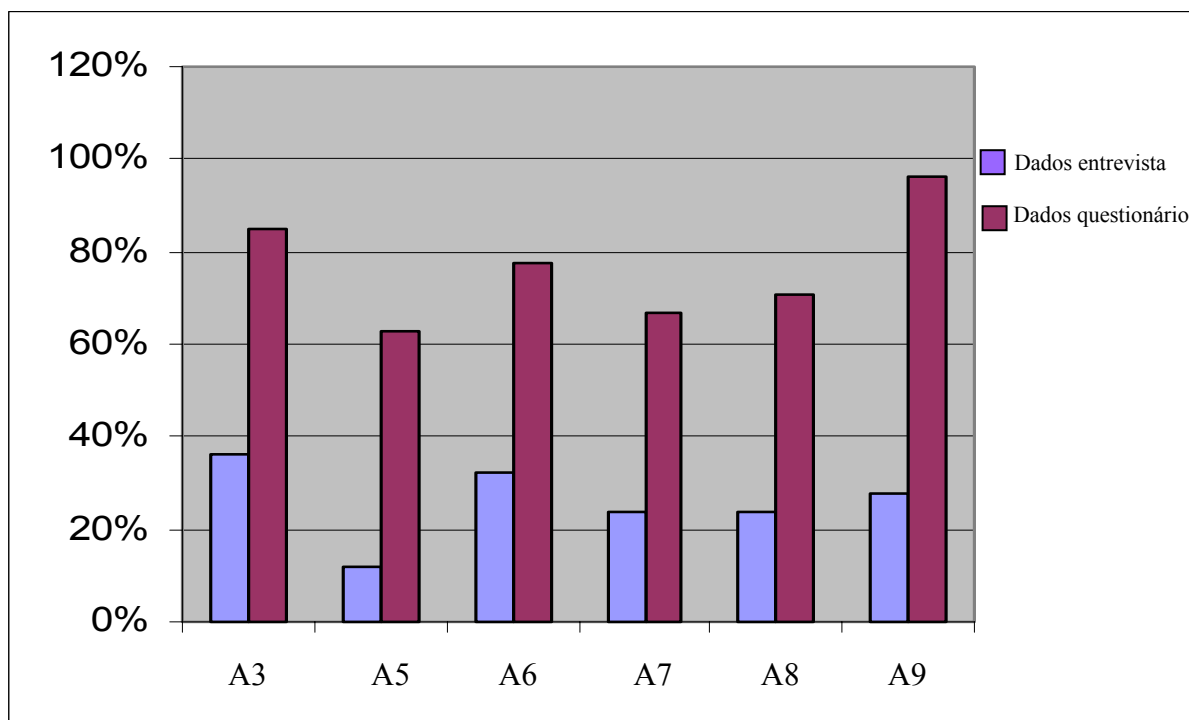


Figura 3- Comparação de itens avaliados pelos mesmos participantes por meio de entrevista e por meio de questionário.

Como se observa na tabela acima, todos os participantes que responderam ao questionário demonstraram um aumento no índice de respostas nesta segunda condição. O questionário de indicadores de qualidade também pretendia investigar exemplos de situações nas quais o participante avaliava determinado indicador de qualidade e quais as dificuldades que impediam a avaliação de outros indicadores. No entanto, apenas A6 e A8 responderam a essas perguntas.

Os participantes, acima citados, deram exemplos de avaliação dos aspectos mencionados: A8 descreveu que, em suas visitas, perguntava aos funcionários quais as atividades que eles estavam desenvolvendo no Abrigo, bem como qual a rotina de atividades para as crianças e adolescentes da instituição. A6 pontuou que, em seus monitoramentos sempre observava o “*movimento das crianças nos Abrigos*”, se estavam

indo ou voltando da escola ou outras atividades, como cursos profissionalizantes, bem com solicitava o cronograma de atividades da instituição.

Sobre os itens que não são avaliados, A8, por exemplo, relatou que nunca avaliou os critérios adotados pelo Abrigo para selecionar os funcionários porque nunca tinha pensado em tal aspecto antes. Cabe ressaltar que este participante solicitou uma cópia do questionário da pesquisadora e descreveu que começaria utilizá-lo para orientar suas avaliações. Já a participante A6, para o item referente à clareza dos funcionários sobre seu papel, relatou que não avaliava esse aspecto, justificando: *“porque o contato na maioria das vezes se restringe a quem nos atende e ficamos com a informação que nos é passada pela coordenação, sem questionar o funcionário”*.

Na tabela 15, abaixo, são apresentados os indicadores de qualidade citados de acordo com o registro documental.

Tabela 15- Indicadores de qualidade citados de acordo com registro documental

	CMDCA			D4	CT			Juiz			
	D1	D2	D3		D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11
Se a instituição possui equipe mínima	X			X		X	X	X			
Se a estrutura do Abrigo suporta o nº de abrigados	X		X		X			X			
Se os abrigados participam de atividades fora do Abrigo	X			X				X			
Existência de trabalho Infantil		X									
Sublocação irregular do espaço do Abrigo		X									
Se o plano de trabalho do Abrigo é compatível com os princípios do ECA			X				X		X	X	X

Continuação Tabela 15:

Rotatividade de Profissionais			X					
Práticas diárias da instituição, por ex., horário para ir à escola.		X	X	X		X		
Iluminação/Arejamento		X		X				
Acessibilidade Arquitetônica		X		X				
Higiene, salubridade e segurança		X		X	X		X	X
Prontuários em ordem					X			
Transporte	X							
Alimentação	X	X						
Se existe uma política de formação de funcionários								
Pessoas idôneas no quadro de funcionários							X	X

A tabela 15 indica que, dos 16 indicadores de qualidade mencionados nos documentos consultados, os registros do CMDCA mencionaram 11 indicadores de qualidade, os documentos do CT citaram nove indicadores e os documentos realizados pelo Juiz sinalizaram três indicadores.

Para ilustrar as informações que foram obtidas nos documentos e categorizadas nas tabelas acima, segue a transcrição das informações presentes no documento 6, referente a um monitoramento realizado no Abrigo 5:

*“(1) Falta de instalações adequadas de combate a incêndio. Existe a instalação de um aquecedor de chuveiro a gás.
2)Necessidade de limpeza e organização geral na cozinha. (...) A cozinha não possui telas nas janelas e portas com mola e rodinho,*

ficando próxima a local com acúmulo de objetos em desuso e armazenamento de lixo em latões.

3) Os dormitórios não garantem moradia adequada e higiênica. A falta de isolamento entre o dormitório e o sanitário propicia a condensação de vapores provenientes dos chuveiros e a formação de bolores no ambiente. Sanitários e dormitórios deveriam ser ambientes distintos. A laje do dormitório apresenta infiltrações. Janelas que estão localizadas na parede que dá acesso à calçada estão parcialmente destruídas (1 soldada, 1 entortada, não permitindo a sua vedação em noites frias. Existem camas em número excessivo, o que dificulta a limpeza e manutenção do local. Colchões estão totalmente impróprios para o uso (sem capa, rasgados e embolorados), roupas de cama estão sujas e rasgadas. Sanitários estão com grave falta de higiene e limpeza, com forte odor de urina, que pode ser percebido somente pela proximidade do dormitório. Instalações elétricas encontram-se com fiação exposta. Existe presença de equipamento e aquecimento de água dos chuveiros com acesso direto pela área interna dos sanitários. Os sanitários não possuem tampas nos ralos e faltam produtos de higiene pessoal, como sabonetes e toalhas junto aos lavatórios para mãos e papel higiênico.

4) Uso excessivo de trancas e cadeados, proibindo ou interrompendo a circulação dos adolescentes nas diversas áreas. A biblioteca encontra-se totalmente abandonada com livros empoeirados e sem mobiliário adequado de uso”.

Comparação entre dados obtidos nos Estudos 1 e 2.

As tabelas abaixo comparam alguns dos dados obtidos nos Estudos 1 e 2. A tabela 16 ilustra as porcentagens de avaliadores que indicaram determinada situação como condição na qual realizava as avaliações.

Como se observa apenas três situações foram citadas em ambos estudos, a situação: “no acompanhamento de crianças que Abrigou”, foi citada por 12,5% dos participantes no Estudo 1 e por 25% dos participantes no Estudo 2, o item “diante de denúncias de maus-tratos dentro do Abrigo” foi mencionado por 25% dos participantes no Estudo 1 e por 37,5% no Estudo 2, “quando o Abrigo solicita alvará de funcionamento” foi mencionado por 25% dos participantes do estudo 1 e por 12,5% dos participantes do Estudo 2.

Tabela 16. Comparação de situações nas quais são realizadas avaliações nos Abrigos

Situações de avaliação	% de avaliadores que citaram esta situação (Estudo 1)	% de avaliadores que citaram esta situação na (Estudo 2)
Quando os funcionários do Abrigo solicitavam a presença do Conselho Tutelar por conta de brigas das crianças e adolescentes abrigados.	12,5%	0%
Quando a escola entrava em contato com o Conselho Tutelar devido a dificuldades escolares das crianças e adolescentes abrigados.	12,5%	0%
No acompanhamento de crianças que Abriçou	12,5%	25%
No momento da posse como conselheiro tutelar para conhecer o Abrigo.	12,5%	0%
Visitas quinzenais	12,5%	0%
Diante de denúncias de maus-tratos dentro do Abrigo	25%	37,5%
Quando o Abrigo solicita alguma subvenção da prefeitura	25%	0%
Quando o Abrigo solicita alvará de funcionamento	25%	12,5%
Continuamente	0%	25%
Fiscalizações bimestrais	0%	12,5%
Fiscalizações semestrais	0%	62,5%
Diante de ligações telefônicas e comparecimento de funcionário do Abrigo no Conselho Tutelar	0%	12,5%
Para acompanhar a execução do projeto da entidade bem como a utilização de verba pública	0%	12,5%

Na Tabela 17 estão representadas as porcentagens de avaliadores que indicaram determinada estratégia de avaliação dos Abrigos.

Tabela 17. Comparação das estratégias de avaliação citadas pelos avaliadores do Estudo 1 e participantes do Estudo 2.

Estratégias	% de avaliadores que citaram esta estratégia (estudo1)	% de avaliadores que citaram esta estratégia (estudo 2)	
VI SIT AR	Visitar com agendamento prévio	62,5%	0%
	Visitar sem agendamento prévio	75%	87,5%
	Visitar com uma equipe (CMDCA, ministério público e Conselho Tutelar).	100%	0%
	Conversar com funcionários durante as visitas	25%	25%
	Dar feedback aos funcionários durante as visitas	12,5%	0%
	Conversar com crianças e adolescentes abrigados durante as visitas	12,5%	50%
	Pesquisar prontuários durante as visitas	62,5%	0%
	Solicitar o comparecimento de funcionárias do Abrigo ao Conselho Tutelar	12,5%	0%
Ler processos e relatórios enviados pelo Abrigo	25%	0%	
Perguntar se o Abrigo precisa de ajuda	12,5%	0%	
Reunir-se com a equipe do Abrigo	37,5%	0%	
Reunir-se com a diretoria do Abrigo	12,5%	0%	
Verificar a participação da entidade em treinamentos oferecidos pela Sebes.	12,5%	0%	
Solicitar informação por meio de técnicos do poder judiciário	0%	12,5%	

Como se observa, apenas três foram citadas em ambos estudos, a estratégia visitar sem “*agendamento prévio*” foi mencionada por 75% dos participantes da cidade A e

87,5% do estudo 2; “*conversar com funcionários durante as visitas*” foi mencionado por 25% dos participantes dos dois estudos e “*conversar com crianças e adolescentes no momento que Abrigou*” foi indicada por 12,5% dos participantes do Estudo 1 e 50% dos participantes do Estudo 2.

Discussão Geral

Ambos os estudos aqui descritos tiveram o objetivo de investigar como é feita a fiscalização dos Abrigos de crianças e adolescentes pelos órgãos competentes, sendo que, duas questões nortearam essa pesquisa: quais as estratégias utilizadas para a fiscalização dos Abrigos e quais os indicadores de qualidade que controlam o comportamento dos avaliadores.

Para analisar as estratégias relatadas pelos avaliadores, torna-se importante discutir outro conjunto de dados apresentados pelos entrevistados: as situações nas quais ocorre a fiscalização e a frequência com a qual essa tarefa é realizada.

Observou-se que, em ambos os estudos, houve uma grande variabilidade de descrições de situações nas quais ocorreram a avaliação do Abrigo, denotando que os profissionais responsáveis pelo monitoramento das entidades não realizam essa tarefa de forma integrada, apesar de alguns profissionais do Estudo 2 mencionarem que realizam a monitoração dos Abrigos com demais colegas. No Estudo 1, com exceção dos participantes A5 e A6, cada avaliador acompanhava o funcionamento do Abrigo em uma situação diferente e mesmo a correspondência entre A5 e A6 poderia ser explicada, possivelmente, pelo fato desses entrevistados terem participado da entrevista conjuntamente.

Sobre a frequência das avaliações, no Estudo 1, apenas A3 e A7 especificaram a periodicidade com a qual acompanhavam o Abrigo. Os relatos dos demais participantes denotavam que os mesmos condicionaram a realização de suas avaliações às solicitações do Abrigo ou denúncias sobre seu funcionamento. No Estudo 2, todos os conselheiros tutelares responderam que monitoravam os Abrigos apenas semestralmente, exceto A2 que descreveu outras duas condições: no acompanhamento das crianças que Abrigou e diante de solicitações dos funcionários dos Abrigos. Exceto alguns participantes, os dados de ambos os estudos indicam que a frequência das avaliações não está de acordo com o sugerido pelo modelo da Pró Reitoria de Administração Universitária da Unesp (Prad)

(2004), ou seja, a realização da avaliação de forma continuada, atividade essa, que provavelmente tenha a função de aumentar a probabilidade dos funcionários aprimorarem suas atividades. Essa avaliação de forma continuada é citada no Estudo 1, por A8 e A7 e pode-se inferir o mesmo cuidado de A6, a qual relatou que procura acompanhar a execução dos projetos das entidades e como essas utilizam a verba pública.

Observa-se, também, uma grande diversidade de relato de estratégias utilizadas para avaliar o Abrigo, tanto entre os dois estudos, como entre os participantes de cada cidade. Apesar de todos os participantes do Estudo 1 descreverem que faziam visitas para observação, apenas quatro indicaram que conversavam com crianças e adolescentes abrigados, dois citaram conversar com funcionários e apenas um participante ressaltou que solicitava informação por meio de técnico do judiciário. No Estudo 2 os entrevistados citaram 16 estratégias diferentes, havendo maior concentração de respostas referentes às estratégias: visitar com/sem agendamento prévio e visitar com uma equipe de profissionais. Cabe ressaltar que o relato a respeito das estratégias de fiscalização por meio de uma equipe de profissionais é corroborado pelos registros presentes nos documentos analisados.

Outro aspecto importante proporcionado pela análise documental foi a comparação entre o relato das estratégias feito por meio da entrevista pelos participantes do Estudo 2 e descrições presentes nos documentos consultados. Apesar de não permitirem uma análise individualizada dos participantes, mas apenas do grupo que estava presente na avaliação, os registros denotam que as avaliações realizadas por A1, A6 e A7 apresentavam classes de comportamentos coerentes com as afirmações feitas nas entrevistas por essas participantes, como: dar feedback aos funcionários durante as visitas e pesquisar prontuários durante as visitas, aspectos citados por A1 em entrevista.

Possivelmente algumas diferenças entre as estratégias utilizadas pelos avaliadores, também, poderiam ser explicadas pelas particularidades de cada função. No Estudo 1

apenas A8, o juiz, descreveu que avaliava os Abrigos solicitando informações à técnica do judiciário. Poder-se-ia explicar essa descrição isolada pelo fato de apenas esse profissional contar com o trabalho técnico de alguns profissionais para auxiliar o desenvolvimento de suas tarefas. No Estudo 2, apenas A7 (assistente social da Secretaria do Bem Estar Social) e A8 (promotor) indicaram que avaliavam os Abrigos por meio dos processos e relatórios. Apesar das entidades enviarem relatórios para todos os profissionais consultados, os participantes indicaram que fazia parte da rotina dos mesmos um cuidado diferenciado com relatórios e documentos. Nessa pesquisa, apenas A7 indicou que avaliava o funcionamento do Abrigo verificando a participação dos profissionais dos Abrigos nos treinamentos oferecidos pela SEBES, o que pode ser explicado pelo fato de A7 representar essa entidade e assim, ter acesso a essa informação. Apesar das peculiaridades descritas acima vale ressaltar que as diferenças de função de cada avaliador não estão organizadas, em cada cidade, por meio de um organograma ou fluxograma, as mesmas são indicadas no ECA, como já mencionado neste estudo.

Outro aspecto relevante é a qualidade da estratégia utilizada, ou seja, em que medida determinada forma de abordagem ao Abrigo pode contribuir para a obtenção de dados que venham subsidiar intervenções necessárias. A participante A2 do Estudo 2, por exemplo, descreve uma estratégia que possivelmente não contribua para o aprimoramento do Abrigo: *telefona para os Abrigos para saber se está tudo bem*. Um dos aspectos que pode invalidar essa estratégia é o grau de fidedignidade do discurso do profissional que fornecerá as informações por telefone. Já a participante A3, da mesma cidade, mostrou habilidade para abordar as crianças e adolescentes a fim de avaliar as condições do Abrigo, por exemplo, quando ela relatou que procurava sentar junto aos mesmos e iniciar a conversa de forma amigável.

Ainda sobre a eficácia da estratégia utilizada, Ali, Silva e Lunardelli (2004) sugerem que a avaliação institucional ocorra de forma participativa. Por exemplo, que todos os funcionários de uma instituição avaliada tenham a oportunidade de sugerir mudanças e indicar dificultadores e facilitadores de seu ambiente de trabalho. Algumas estratégias relatadas pelos participantes correspondem a essa indicação dos autores: em ambos os estudos, 25% dos avaliadores conversavam com funcionários no momento da avaliação. No Estudo 1, 12,5% dos avaliadores conversavam com crianças e adolescentes nos monitoramentos. Cabe ressaltar o relato da participante A1 do Estudo 2, a qual descreveu que procurava dar feedback aos funcionários do Abrigo a respeito de sua atuação. Essa estratégia corresponde ao indicado por Prad (2004) e, como citado anteriormente, possivelmente traga vários benefícios para o funcionário como a oportunidade de aprimorar seu desempenho.

Apesar de alguns participantes relatarem estratégias de avaliação dos Abrigos que correspondem ao indicado pela literatura como adequada, nota-se que vários profissionais, em ambas as cidades, não propiciavam a participação dos funcionários do Abrigo em suas avaliações, ou seja, apenas A4 e A7 do Estudo 1 e A1, A2, A7 e A8 do Estudo 2 citaram este aspecto. Possivelmente um dos fatores que poderia contribuir com esse quadro é a falta de descrição dessa tarefa no ECA (1990), pois vários entrevistados indicaram que realizam seu monitoramento a partir das indicações desse documento. Vale recordar, como citado por Todorov (2005) e Marcondelli (2002), o Estatuto não propicia uma descrição operacionalizada das ações esperadas por esses profissionais.

Observa-se, também, que a quantidade de estratégias de avaliação e situações que promovem tais monitoramentos, relatadas pelos participantes, são bastante diferentes nos dois estudos. Vários fatores podem explicar essa variação, por exemplo, a cidade do Estudo 2 possui um número maior de Abrigos (cinco), enquanto na cidade do primeiro

Estudo, existia apenas um. Adicionalmente, dois dos conselheiros tutelares do Estudo 1 (A1 e A2) relataram que não consideravam a tarefa de avaliação necessária porque o Abrigo de sua cidade tinham um “bom funcionamento”. Cabe lembrar, também, que o juiz da cidade não apresentou uma resposta que possibilitasse categorização.

Provavelmente os fatores descritos acima também interferiram na quantidade de indicadores de qualidade mencionados pelos participantes nas entrevistas, considerando que houve um número bastante superior de citações no Estudo 2 (25 itens) em detrimento do Estudo 1 (6 itens).

Os itens mencionados pelos avaliadores do Estudo 1 contemplaram três aspectos determinados pelos artigos 91 e 92 do ECA que descrevem as características esperadas para os Abrigos. Os itens mencionados foram “a participação na vida da comunidade local”, “existência de um plano de ação” e “higiene”. Os entrevistados, também, citaram itens importantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes que não são mencionados pelo ECA, sendo eles: “as práticas educativas”, “a presença de uma equipe mínima de profissionais” e “alimentos em boa condição de consumo”.

No Estudo 2, os participantes responderam em duas condições quais eram os aspectos que orientavam sua tarefa de avaliar os Abrigos: por meio de entrevista e questionário. Cabe ressaltar que o número significativamente superior de itens citados no questionário em detrimento da entrevista pode ser explicado pelo fato do segundo instrumento já apresentar sugestões de repostas possíveis, e aumentando assim, a probabilidade das mesmas serem indicadas. Na entrevista foram citados vários itens que são exigidos pelo ECA, sendo eles: se o Abrigo suporta o número de abrigados (pode-se fazer um paralelo entre este aspecto e o item do ECA que sugere que o atendimento seja personalizado e em pequenos grupos); cuidado com higiene, salubridade e segurança; cronograma de atividades (pode-se relacionar tal item com “plano de trabalho compatível

com os princípios desta Lei” presente no Estatuto). O aspecto citado “se as crianças freqüentam a escola” pode ser relacionado com o item “atividade em regime de co-educação” presente no ECA (1990) aqui estudado. Já o aspecto “preservação dos vínculos familiares” está presente a partir das seguintes citações dos avaliadores: se o Abrigo mantém os irmãos juntos, se o Abrigo promove contato das crianças e adolescentes com seus pais e se os técnicos dos Abrigos fazem visitas domiciliares.

Assim como no Estudo 1, os entrevistados do Estudo 2 citaram vários itens que são importantes para o desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados, mas que não são mencionados pelo ECA como, por exemplo, se os funcionários eram contratados ou voluntários, se existia uma equipe mínima de profissionais e as práticas educativas dos funcionários.

Observa-se em ambas as cidades uma grande disparidade de itens observados pelos avaliadores. Uma hipótese possível para essa diferença trata-se das particularidades de cada função. No entanto, apenas no Estudo 1 pode-se verificar esta relação, pois apenas A5 e A6 (representantes do CMDCA e da Secretaria do Bem Estar Social da Cidade) indicaram que avaliavam no Abrigo se o mesmo apresentava um plano de ação. Apesar desse item estar presente no artigo 91 do ECA como condição para que a entidade possa funcionar e, portanto, deveria ser um item que deva ser avaliado por todos os responsáveis, infere-se que, possivelmente, os entrevistados tenham essa preocupação porque eram responsáveis pela liberação do alvará de funcionamento para a entidade. De maneira geral, essa disparidade entre os itens apresentados pelos entrevistados sugere que não existe uma concordância entre os profissionais sobre o que é relevante para o funcionamento dessas instituições. Considerando que a avaliação tem a função de contribuir para o aprimoramento dos Abrigos, pode-se inferir que a falta de atuação dos avaliadores sobre alguns aspectos contribua para a manutenção de algumas dificuldades dos Abrigos.

Um dos exemplos sobre a inatenção dos avaliadores a respeito de aspectos importantes para o desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados é o fato de apenas um avaliador, (A1-Estudo 2), ter indicado em entrevista que procurava avaliar se o Abrigo se dedicava à manutenção dos vínculos familiares, por exemplo, por meio de visitas familiares e contato de crianças e adolescentes com seus pais. Esse dado chama atenção porque o ECA descreve que o Abrigo deve ser uma medida provisória e subentende-se que esse aspecto só pode ser atingido por meio de algumas ações do Abrigo, entre elas a de fazer a “ponte” entre as crianças e adolescentes abrigados e seus pais, aspecto que é negligenciado pela maioria dos respondentes. Shaw (2006), também se refere à importância do Abrigo criar estratégias que promovam o vínculo entre as crianças abrigadas e sua família e sinaliza que muitas vezes a negligência à esse aspecto está relacionada ao alto índice de crianças que retornam aos Abrigos depois de terem sido encaminhadas à família, pois muitos pais não estavam preparados para receber seus filhos novamente.

Outro aspecto não mencionado é a colocação das crianças e adolescentes em famílias substitutas, quando são esgotados os recursos para volta à família de origem- indicador de qualidade que é citado pelo ECA e por autores como Carvalho (1993) e Maricondi (1997). A pesquisadora pode observar em suas visitas aos Abrigos que havia vários adolescentes que viviam nas instituições da cidade desde os primeiros três anos de vida o que indica que possivelmente uma política de estreitamento dos vínculos familiares, preparação da família do abrigado para educar o filho ou colocação em família substituta poderia ter revertido a história desses adolescentes. O que se ressalta neste trabalho é que a falta de avaliação desses aspectos pode ter contribuído para a manutenção de tal problema.

Outro exemplo é que apenas o participante A7 (Estudo 2) mencionou observar como a criança estava no Abrigo, se estava calçada, como ela reagia à presença do próprio

avaliador. Possivelmente se os avaliadores fossem sensíveis a esse aspecto poderiam fazer uma parceria mais efetiva com os técnicos dos Abrigos, por exemplo, verificando se a verba enviada às instituições, também, estavam sendo revertidas para manter as crianças e adolescentes vestidos e calçados adequadamente, bem como discutirem práticas educativas adequadas em relação às crianças e adolescentes abrigados.

Sobre as estratégias de educação utilizadas no Abrigo apenas 35,23% de todos os avaliadores de ambos os estudos relataram, nas entrevistas, que se preocupavam com esse aspecto. No entanto, esse fator tem um impacto direto no desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados. Prada (2006) discute que a dificuldade de habilidades educativas dos monitores pode provocar ou agravar problemas de conduta das crianças e adolescentes abrigados.

Outro relato sobre os indicadores de qualidade do Abrigo que merece atenção é o do participante A3 (estudo 2), o qual defende que o Abrigo não precisa preocupar-se com o conforto das crianças, considerando que é transitório. A respeito desse posicionamento do participante pode-se ressaltar que sua concepção sobre transitoriedade é interessante porque a própria definição de Abrigo aborda este aspecto. No entanto, sobre a questão do grau de conforto oferecido pelo Abrigo pode-se discutir que talvez a resposta para a dificuldade de adaptação da criança quando voltar para sua casa de origem (normalmente com poucos recursos) não esteja na simplificação do Abrigo mas na melhoria da condição de moradia dos pais, por mais complexa que seja esta questão.

Até o momento foram analisados os indicadores de qualidade mencionados pelos participantes do Estudo 2 apenas por meio da entrevista, isto porque, as respostas dos profissionais ao *Questionário de Indicadores de Qualidade dos Abrigos* ficaram prejudicadas porque dos seis profissionais que devolveram esse instrumento respondido apenas dois responderam a ele da forma esperada. Ou seja, apenas A8 e A6 relataram os

aspectos que procuram avaliar nos Abrigos e os demais participantes responderam ao instrumento citando se os Abrigos que eles acompanham tinham ou não os itens sugeridos. Provavelmente, a instrução apresentada no questionário não facilitou a realização dessa tarefa. No entanto, foi possível obter algumas informações que acrescentaram dados à entrevista realizada: A6, por exemplo, indicou que não interagiu com os funcionários durante suas visitas e, conseqüentemente não sabia avaliar se os mesmos tinham clareza sobre suas tarefas na instituição; já A8 indicou que não avaliava vários itens sugeridos pela literatura (como os critérios de seleção dos funcionários do Abrigo) porque nunca tinha pensado na relevância disso, dado que também sugere a necessidade de capacitação para esses profissionais a respeito das características esperadas para os Abrigos e possíveis estratégias que facilitem a investigação dos mesmos.

Além da entrevista e resposta ao questionário, outra fonte de dados sobre os indicadores de qualidade que orientam a tarefa dos avaliadores é a análise documental. Um primeiro aspecto que chama atenção é o fato dessa condição ser a que menos apresentou descrição de indicadores de qualidade. Mesmo considerando que os registros podem estar incompletos e não indicarem todas as observações feitas pelos profissionais, também se pode levantar a hipótese que essa fonte de dados é a que mais se aproxima da condição natural, pois trata-se da descrição do acompanhamento do Abrigo. Cabe ressaltar que um indicador importante relacionado ao desenvolvimento dos abrigados não foi mencionado nos documentos, ou seja, as práticas educativas dos monitores. De acordo com os estudos de Prada (2002 e 2006), as práticas educativas de monitores de Abrigos podem ser um fator de proteção ao desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados.

Além das questões centrais investigadas nessa pesquisa, outros dados chamaram a atenção, como o grau de escolaridade dos participantes. No Estudo 1, dois dos quatro conselheiros tutelares que participaram da pesquisa não tinham curso superior, ao contrário

dos participantes do Estudo 2, em que todos tinham a referida formação. Já os profissionais representantes de secretarias de ambas as cidades também apresentavam o terceiro grau completo.

Cabe ressaltar que no Estudo 1 os conselheiros tutelares são eleitos pela comunidade sem a realização de uma avaliação técnica de seu perfil ou estabelecimento de escolaridade mínima, critérios que são contemplados no estudo 2. Esses dados vão ao encontro das discussões realizadas por Marcondelli (2004), que destaca a existência uma variabilidade na nossa política nacional para contratação de conselheiros tutelares e que provavelmente a falta de exigência de formação específica desses profissionais pode proporcionar práticas inconsistentes. A mesma autora informa que em países como o Canadá exige-se uma formação especializada para que o profissional assuma o cargo de conselheiro tutelar, por exemplo, ter graduação em serviço social e Mestrado na mesma área.

O grau de escolaridade dos funcionários dos Abrigos também merece atenção. Excluindo os profissionais técnicos como psicólogos e assistentes sociais, observa-se que os monitores, ou seja, aqueles que trabalham de forma mais direta com crianças e adolescentes abrigados, possuem um nível de escolaridade baixo. No Estudo 1, a escolaridade das monitoras variou entre primeiro grau incompleto e primeiro grau completo; no Estudo 2, a variação foi entre primeiro grau incompleto e segundo grau completo. Nota-se também, principalmente nos Abrigos do Estudo 2, um alto grau de rotatividade dos profissionais, fator que dificulta o estabelecimento de vínculos das crianças e adolescentes abrigados com o monitor que lhes acompanha.

Sobre a avaliação dos Abrigos ressalta-se que todos os profissionais responsáveis por essa tarefa em ambas as cidades, indicaram que monitoram as entidades, exceto o participante A1 do Estudo 1. No entanto, cabe discutir a concepção de alguns entrevistados

sobre avaliação, apesar deste tópico não ter sido alvo de coleta de dados, como já indicado. No Estudo 1, a resposta da participante A1 sugere que a avaliação só é um procedimento necessário quando a instituição abriga crianças e adolescentes por um tempo fixo e longo de tempo. No entanto, sabe-se que apesar do ECA descrever que o Abrigo deva ser um local transitório para crianças e adolescentes isso não é o que ocorre na realidade denotando uma contradição na própria descrição da entrevistada.

Pode-se discutir, também, que a avaliação institucional possa ser uma ferramenta para que as entidades venham a ser provisórias, possibilidade que fica inviabilizada quando o profissional responsável por esta tarefa não a realiza.

Já os participantes A2 e A3 da mesma cidade indicam que a avaliação é um procedimento desnecessário quando o Abrigo tem um bom funcionamento. Sobre esta afirmação cabem algumas discussões: A avaliação não poderia ter a função de manter o Abrigo em bom funcionamento? Quais critérios os avaliadores utilizam para indicar que o Abrigo caminha bem? Sobre a última resposta já foi indicado neste trabalho que os critérios apresentados são frágeis.

No Estudo 2 não houve relatos sobre a falta de necessidade da avaliação dos Abrigos. Vários aspectos podem explicar essa diferença como, por exemplo, o maior nível de escolaridade da maioria dos avaliadores entrevistados dessa cidade, a exigência da prova de conteúdo para a seleção dos conselheiros tutelares⁶ e o fato de estar em pauta nas discussões de todos os profissionais envolvidos com o Abrigo o processo de fechamento de várias entidades, assunto que inclusive estava sendo vinculado pela mídia⁷. No Estudo 2 alguns avaliadores (três) faziam uma diferenciação entre o conceito de fiscalização (caracterizada como um procedimento impositivo) e avaliação (caracterizada como um procedimento de orientação e acompanhamento) que não foi relatada no primeiro estudo.

⁶ Essa informação foi investigada pela pesquisadora junto aos conselheiros tutelares dos dois estudos.

⁷ Foram publicadas várias matérias no “Jornal da Cidade” sobre o fechamento das entidades, como se pode checar nas edições dos dias: 11/10/2005, 07/10/2006/, 11/01/2006 e 25/01/2006.

Sobre a frequência das avaliações, o participante A2 do Estudo 1 indicou que o monitoramento do Abrigo não fazia parte de sua rotina de trabalho como conselheiro tutelar; A2 relatou que visitou aproximadamente três vezes o Abrigo da cidade, aproveitou para fiscalizá-lo, mas considera que o mesmo não necessitava de fiscalização porque tinha um bom funcionamento (o mais interessante é que o participante utiliza um argumento frágil para justificar que a entidade não precisava de fiscalização, indicando que as crianças “*recebem-se bem umas às outras no momento de entrada no Abrigo*”). Chama, também, a atenção o relato do participante A3 da cidade A, que diz visitar quinzenalmente o Abrigo com a finalidade de monitorá-lo, mas também explica que o Abrigo não precisa de fiscalização porque o mesmo oferece condições adequadas para as crianças, como o carinho das monitoras. Com certeza o carinho das monitoras é um quesito sugerido pela literatura (Prada, 2000; Prada, 2006) como importante para o desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados. No entanto a descrição do participante sugere que a avaliação só deve acontecer quando o Abrigo tiver seu funcionamento prejudicado.

Outro dado interessante é a percepção dos coordenadores das entidades acerca das estratégias de monitoramento utilizadas pelos avaliadores dos Abrigos. Dos seis coordenadores consultados, três criticaram as estratégias utilizadas pelos avaliadores, C1 indicou que os avaliadores dos Abrigos não apresentam formação para a realização dessa tarefa, pois nos momentos das visitas faziam comentários paternalistas e superficiais; C4 respondeu que os avaliadores deveriam incluir nas avaliações a tarefa de conversar com os funcionários dos Abrigos, além de fazer perguntas aos coordenadores e C5 criticou especificamente a postura dos conselheiros tutelares, segundo o qual, falta a esse órgão ouvir com maior atenção a entidade e acompanhar as crianças que Abrigou como é feito por Conselhos Tutelares de outras cidades. Dois coordenadores (C2 e C4) criticaram a falta

de encaminhamentos a partir das avaliações e apenas C3 avaliou as estratégias de fiscalização como adequadas, sem ressalvas.

A percepção dos coordenadores dos Abrigos sobre as estratégias de avaliação dos órgãos fiscalizadores indica a possível ineficácia das avaliações que estão sendo feitas pelos órgãos competentes, apesar dos relatórios consultados indicar várias ações dos avaliadores que, possivelmente, contribuiriam com a avaliação, como fazer perguntas e prestar esclarecimentos. Como foi descrito anteriormente, dos seis coordenadores consultados, apenas C3 julgou as estratégias como adequadas, sendo as críticas mais freqüentes foram a falta de encaminhamentos a partir das avaliações e falta de um acompanhamento mais freqüente dos órgãos fiscalizadores em relação ao funcionamento das entidades.

Além do relato dos coordenadores, os demais dados coletados nessa pesquisa indicam a necessidade de um treinamento dos avaliadores dos Abrigos para que essa tarefa seja realizada de forma a melhorar as condições das entidades, aspecto que está inteiramente relacionado ao desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados. Com o objetivo de sinalizar algumas habilidades que poderão ser desenvolvidas em treinamentos futuros para avaliadores de Abrigos, segue a descrição das reservas comportamentais ou aspectos positivos observados na população desse estudo (apesar das mesmas aparecerem com baixa freqüência, como pode-se notar nas tabelas 16 e 17): visitar a entidade com alta freqüência (por exemplo, “quinzenalmente”); atender aos pedidos de ajuda dos Abrigos (por exemplo, quando os funcionários solicitam a presença do Conselho Tutelar em função de brigas das crianças e adolescentes abrigados ou quando o Abrigo solicita de subvenção da Prefeitura); visitar com/sem agendamento prévio; visitar com uma equipe (por exemplo, CMDCA, ministério público e Conselho Tutelar); conversar com funcionários e população abrigada durante as visitas; pesquisar prontuários; ler processos e

relatórios enviados pelo Abrigo; perguntar se o Abrigo precisa de ajuda; reunir-se com a equipe do Abrigo; verificar a participação dos funcionários das entidades em cursos oferecidos pela Secretaria do Bem-Estar Social; solicitar informação por meio de técnicos do judiciário e demais profissionais da rede de assistência aos Abrigos e identificar indicadores de qualidade necessários para o funcionamento adequado dos Abrigos. Observa-se, também, *déficits* de toda a amostra entrevistada referente ao comportamento de identificar alguns indicadores de qualidade específicos, sendo eles: a frequência com a qual as propostas da instituição são discutidas e revistas pelos funcionários; os critérios adotados pelo Abrigo para selecionar os funcionários; se os coordenadores dos Abrigos desempenham um papel ativo de liderança (por exemplo fazendo reuniões); a rotatividade de profissionais; se os funcionários já receberam algum treino em relação ao ECA; se existe coesão entre os funcionários (por exemplo, se existe coesão entre os membros); se os adolescentes participam de atividades que visem a profissionalização; se o Abrigo possibilita o uso dos objetos trazidos pelas crianças e adolescentes de sua casa; se no Abrigo existe o registro de momentos vividos na instituição (por exemplo, fotos); se o Abrigo mantém uma política de não desmembramento de grupos de irmãos; se o Abrigo evita, sempre que possível, a transferência de abrigados para outras entidades; se existe um programa de formação continuada para os funcionários e as ações do Abrigo em relação a preservação dos vínculos familiares e integração em família substituta. Cabe ressaltar que os itens citados são sugeridos pelos seguintes autores: Ali, Silva e Lunardelli (2004), Carvalho (2003), Carvalho (1993), Maricondi (1997), Prada (2002 e 2006) e Weber (2001), além do ECA (1990).

No entanto, além da habilidade dos avaliadores em constatar fatores de risco ao desenvolvimento dos abrigados presentes nas entidades, ou seja, aprimorar as habilidades destacadas acima, deve-se ressaltar a necessidade dos mesmos estarem habilitados a

viabilizar intervenções a partir das avaliações feitas, como por exemplo, a prevenção de casos de abrigo, o que pode ser realizado pelo atendimento às famílias que estão apresentando dificuldade na educação de seus filhos.

A presente pesquisa não pretende indicar que a capacitação dos avaliadores é o único fator que interfere na qualidade do serviço prestado pelos Abrigos de crianças e adolescentes. Torna-se importante ressaltar que um conjunto maior de variáveis inter-relacionadas interfere na qualidade desse serviço, o que pode ser explicado pelo conceito de metacontingências.

Segundo Todorov, Moreira, Prudêncio e Pereira (2005) esse conceito se refere a “contingências individuais interligadas, entrelaçadas, em que todas elas juntas produzem um mesmo resultado a longo prazo” (p.39). É possível identificar várias contingências individuais que entrelaçadas afetam o desenvolvimento do abrigado, por exemplo, se os funcionários do Abrigo não forem devidamente remunerados e valorizados por seu trabalho, possivelmente, terão sua atuação no Abrigo prejudicada; se o poder judiciário e Ministério Público não agilizarem os processos de adoção, haverá uma sobrecarga no número de crianças abrigadas; se o município não tiver uma política de apoio à família, possivelmente aumentará o número de pais despreparados e desprotegidos para assumirem seus filhos, entre outras contingências possíveis.

Além da promoção de capacitação para os profissionais responsáveis pela avaliação, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas a respeito da atuação da rede de apoio à criança e ao adolescente junto aos Abrigos. Um primeiro passo seria a adaptação de alguns aspectos presentes nesse estudo, como: alteração do procedimento de aplicação do *Questionário de Indicadores de Qualidade do Abrigo*, o qual possivelmente teria proporcionado outros dados se tivesse sido aplicado pessoalmente pela pesquisadora ou se apresentasse a instrução de forma diferente; inclusão de uma pergunta a todos os

avaliadores do Abrigo a respeito da avaliação que eles faziam a respeito do funcionamento de cada Abrigo, poi dessa forma, os dados que foram coletados sobre a qualidade do serviço oferecido por cada instituição poderiam ser utilizados com o objetivo de checar a qualidade da avaliação realizada por esses profissionais.

Outra sugestão para futuras pesquisas é a caracterização das condições oferecidas pelos Abrigos, desde qualidade de instalações físicas até qualidade do serviço prestado pelos técnicos em relação aos Abrigos da realidade brasileira. Durante a realização deste trabalho a pesquisadora realizou entrevistas nos Abrigos e pôde observar vários episódios que sinalizaram sérias dificuldades dessas entidades, entre eles: a) uma instituição que mantinha uma divisão entre ala das meninas, ala de meninos e espaço para crianças dos berçários, divisão que era feita por meio de cadeados que impediam a transição das crianças nesses espaços; b) um episódio em que uma psicóloga gritava com crianças da entidade e c) uma entidade na qual as adolescentes eram as únicas pessoas responsáveis pela limpeza do local.

É importante indicar que, no decorrer desta pesquisa, duas instituições do Estudo 2 foram fechadas e as condições de adaptação dos abrigados após o fechamento das entidades foram precárias: segundo afirmações de uma ex-funcionária entrevistada, em uma das entidades os internos foram encaminhados para familiares, no entanto, eram familiares com os quais mantinham vínculos frágeis, como pai que tinha uma história de agressão ou tios muito distantes que se negavam a permanecer com os adolescentes. Na outra instituição as adolescentes abrigadas foram comunicadas apenas um dia antes de sua saída da instituição, sendo remanejadas pra um outro Abrigo que não tinha condições de ampliar o seu número de moradoras. As adolescentes relataram para a pesquisadora o descontentamento por não terem sido avisadas a respeito da transferência de entidade.

Conclusão Geral

Além de sugerir o investimento nas pesquisas acima citadas, esse trabalho indica a necessidade de aprimoramento de políticas públicas relacionadas à avaliação dos Abrigos. Possivelmente alguns caminhos para se atender a esse objetivo seriam: 1) a definição dos papéis de cada órgão responsável por essa tarefa, pois em ambos os estudos os participantes não souberam descrever com precisão as especificidades de sua avaliação e o ECA apenas sugere algumas diferenças. Defende-se que esse aspecto é pertinente porque alguns indicadores de qualidade do Abrigo podem passar despercebidos quando a avaliação não está sendo realizada por uma equipe formada pelos diferentes profissionais citados pelo ECA; 2) Investimento na formação continuada dos profissionais responsáveis pela avaliação dos Abrigos, a qual poderia ter como primeira preocupação a informação a respeito dos indicadores de qualidade necessários para essas entidades e capacitação a respeito das estratégias de avaliação.

Uma contribuição desse estudo para a realização de avaliações dos Abrigos que venham a contemplar aspectos que muitas vezes são negligenciados, é a viabilização do *Questionário de Indicadores de Qualidade* como um orientador da tarefa de avaliação dos Abrigos. Esse instrumento poderá ser viabilizado aos profissionais responsáveis pela avaliação por meio de capacitação. Nesse sentido, sugere-se pesquisas futuras que investiguem sobre a possível contribuição desse instrumento para a realização da tarefa de monitoramento e avaliação de suas propriedades psicométricas.

Atreladas às ações acima citadas, sugere-se políticas que previnam o abrigamento, como, por exemplo, o cuidado à famílias que mostram-se incapazes de cuidar de seus filhos, como sugerido por Williams e Aiello (2004) quando discutem o conceito de empoderamento de famílias.

A partir da implementação dessas políticas estaremos mais próximos de atender aos direitos das crianças e dos adolescentes e conseqüentemente extinguir os Abrigos. Nesse sentido, vale retomar uma das descrições da participante C1 do estudo 1:

“ eu trabalhei muito para esse Abrigo melhorar mas meu grande sonho é que um dia ele deixe de existir porque todas as crianças estão bem com seus pais ”

REFERÊNCIAS:

- Ajdukovic, M. & Franz, B.S. (2005). Behavioral and emotional problems of children by type of out-of-home care in Croatia. *International Journal of Social Welfare*, 14, 163-175.
- Ali, N. S. A., Silveira, R. S.M., & Lunardelli, M.C.F. (2004). Relato de Experiência de estágio com monitores que trabalham em entidade que abriga menores em situação de risco. Em: E. Goulard Júnior, L.C. Câneo e M.C.F. Lunardelli (Orgs). *Campo de Estágio: Espaço de aprendizagem e diversidade* (pp. 170-179). Bauru, S.P.: Editora Joarte.
- Arpini, D.M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em Abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23. Recuperado em 5 de setembro de 2004, Scielo database.
- Barnett, D. (1997). The effects of early intervention on maltreating parents and their children. Em: M. J. Guralnick (org.). *The effectiveness of early intervention* (pp. 147-170). Baltimore: Paul Brookes.
- Baum, W. M. (1999). Teoria da Evolução e Reforço. In: *Compreender o behaviorismo, ciência, comportamento e cultura* (p. 69-89). Tradução de M. T. A. Silva, M.A. Matos, G. Y. Tomanari, E.Z. Tourinho. Porto Alegre, R. S.: Ed. Artmed.

Biglan, A. (2002). A Science for Changing Cultural Practices. In: *Changing Cultural Practices: A Contextualist Framework for Intervention Research* (p.11-29). Reno, N.V.:Ed. Context Press.

Bloom, M. (1998). Primary Prevention and Foster Care. *Child and Youth Services Review*, 8, 66-74.

Brasil, 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069/1990.

Carvalho, M. C. B. (1993). *Trabalhando Abrigos*. São Paulo. S.P.: CBIA.

Carvalho, R.E. (2003). *Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais*. Brasília: CIBEC.

Censos Demográficos. (s.d.). Acessado em 2 de janeiro de 2007, [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

Crawford, M. (2006). Health of children in out-of-home care: Can we do better? *Journal of Pediatrics and Child Health*, 3, 77-78.

Davidson - Arad, B., Englichin - Segal, D. & Wozner, Y. (2003). Short-term follow-up children at risk: comparison of the quality of life of children removed from home and children remaining at home. *Child Abuse & Neglect*. 7, 733-750.

Brasil, 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069/1990.

Freitas, M. J. de (1997). *Aspectos do desenvolvimento de um grupo de adolescentes albergados e suas implicações para uma intervenção psicoeducacional*. Dissertação

de mestrado não publicada. Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR.

Gomide, P.I.C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em: A.Del Prette e Z. A. Del Prette (orgs). *Habilidades Sociais, desenvolvimento e Aprendizagem: Questões Conceituais, Avaliação e Intervenção* (pp.21-60). Campinas, S.P.: Editora Alínea.

Marcondelli, J. (2004). *Capacitação de Conselheiros Tutelares: Instruir para aprimorar*. Dissertação de mestrado não publicada, Curso de Pós Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, S.P.

Maricondi, M. A. (1997). *Falando de Abrigo: Cinco anos de experiência do projeto casas de convivência*. São Paulo: Febem.

Prada, C. G. (2002). *A família, o Abrigo e o futuro: Análise de relatos de crianças que vivem em instituições*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de pós-graduação em Psicologia da Infância e Adolescência, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR.

Prada, C. G. (2006). O Ensino de Práticas Educativas para Funcionários de Instituições que Abrigam Crianças Vítimas de Violência Doméstica. Tese apresentada para o Exame de Qualificação para o Doutorado, PPGEEs, UFSCar (CNPq).

- Pró-Reitoria de Administração da Universitária. (2004). *Manual de Avaliação do Desempenho Profissional*. São Paulo, S.P.: Imprensa Oficial.
- Ryan, J.P., Garnier, P. Zyphur, M. & Zhai, F. (2006) Investigating the effects of caseworker characteristics in child welfare. *Children and Youth Services Review*, 5, 721-736.
- Scott, L. D. & Davis, L. E. (2006). Young, black, and male in foster care: Relationship of negative social contextual experiences to factors relevant to mental health service delivery. *Journal of Adolescence*, 29, 721-736.
- Sêda, E. (1997). *Condeca (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente): XYZ do Conselho Tutelar*. São Paulo: IMESP.
- Sêda, E. (1998). *A criança e sua Convenção no Brasil – pequeno manual*. Conselho Regional de psicologia. São Paulo: Edição Ades.
- Silva, E.R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Shaw, T.V. (2006). Reentry into the foster care system after reunification. *Children and Youth Services Review*, 28, 375-1390.

- Siqueira, A.C., & Dell'Aglio, D.D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 8. Recuperado em 5 de setembro de 2004, site: [http://: www.scielo.com](http://www.scielo.com).
- Siqueira, M. D. (1997). A vida escorrendo pelo ralo: as alternativas de existência dos meninos de rua. *Estudos de Psicologia*, 2, 161-174.
- Souza, M. P. R. de ; Teixeira, D.C. S., & Silva, M.C.Y.G. da. (2003) Conselho Tutelar: Um novo instrumento social contra o fracasso escolar? *Estudos de Psicologia*, 8, 71-82.
- Tarren-Sweeney , M. & Hazel, P. (2006). Mental health of children in foster and Kinship care in New South Wales. *Journal of Paediatrics and Child Health*, 42, 89-97.
- Taussig, H. N., & Culhane, S. E. (2005). Foster Care as an intervention for abuse and neglected children. Em: K.A. Kendall-Tackett e S.M. Giacomoni (orgs). *Child Victimization: Maltreatment, bullying and dating violence, prevention and intervention*. (pp.20,1-20,12). Kingston, New Jersey: Civic Research Institute.
- Todorov, J. C., Moreira, M., Prudêncio, M.R.A., & Pereira, G.C.C. (2005). Um estudo de Contingências e Metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em: J.C. Todorov, R.C. Martone e M.C. Moreira (orgs). *Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade* (pp. 45-53). Santo André, S.P.: Editora ESEtec.

Weber, L. N. D. (2001). A prevenção em instituições que abrigam crianças e a preparação e acompanhamento de pais adotivos. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.). *Anais da XXXI Reunião Anual de Psicologia*.

Williams, L.C. A., Aiello, A.L. R. (2004). Empoderamento de famílias: o que vem a ser e como medir? Em: E.G. Mendes, M. A. Almeida, L.C.A. Williams (orgs.). *Temas em Educação Especial: avanços recentes* (pp. 197-205). São Carlos, S.P: Editora Edufscar.

Zeanah, C. H., Smyke, A.T., Koga, S.F. & Carlson, E. (2005). Attachment in Institutionalized and Community Children in Romania. *Child Development*, 76, 10-15.

ANEXO 1

Roteiro de Entrevista Individual com os profissionais que avaliam os Abrigos

Instrução Geral: Esta entrevista tem o objetivo de proporcionar informações para uma pesquisa sobre o funcionamento de Abrigos. Sua identidade será mantida em sigilo e você poderá interromper a entrevista caso alguma pergunta não seja feita de forma clara, bem como encerrar a sua participação caso julgue necessário.

A) Dados Pessoais:

Idade: _____

Sexo: _____

Formação acadêmica: _____

Tempo na função: _____

Participou de algum curso de formação para seu trabalho de conselheiro tutelar? (solicitar descrição).

B) Informações a respeito das estratégias utilizadas para avaliar os Abrigos:

1) Qual é a relação entre seu trabalho e os Abrigos para crianças e adolescentes?

PS: Se o entrevistado mencionar a fiscalização dos Abrigos a pesquisadora dará prosseguimento aos próximos itens. Caso não mencione a pesquisadora intervirá perguntando especificamente sobre este aspecto: “você avalia ou fiscaliza os Abrigos?”.

Em caso afirmativo:

2) O que você faz para avaliar os Abrigos? Com qual frequência você realiza essa tarefa?

3) Quais aspectos você observa nos Abrigos quando os avalia?

Em caso negativo, seguem-se as questões:

1) O que você já ouviu falar sobre as determinações do ECA a respeito das normas para funcionamento dos Abrigos? Descreva-as.

- 2) Na sua opinião em que medida o ECA contribui para o trabalho com os Abrigos?
- 3) Existem outros aspectos que você considera importante avaliar nestas instituições, mas que não são descritos pelo ECA?

D) Descreva o último episódio de interação com uma criança do Abrigo.

E) Descreva as facilidades e dificuldades que você encontra no trabalho com os Abrigos.

F) Outras informações que o entrevistado queira complementar.

ANEXO 2

Roteiro de Entrevista Individual com coordenadores dos Abrigos

Instrução Geral: Esta entrevista tem o objetivo de proporcionar informações para uma pesquisa sobre o funcionamento de Abrigos. Sua identidade será mantida em sigilo e você poderá interromper a entrevista caso alguma pergunta não seja feita de forma clara, bem como encerrar a sua participação caso julgue necessário.

A) Dados Pessoais:

Idade: _____

Sexo: _____

Formação acadêmica: _____

Tempo na instituição: _____

Participação em treinamentos para a função: _____

B) Caracterização da instituição:

1) Como você foi selecionado para trabalhar nesta instituição?

2) Qual o número de funcionários deste Abrigo? Quais funções eles desempenham?

3) Como eles foram selecionados?

4) Este Abrigo atende a crianças e adolescentes?

5) Qual o número de abrigados?

6) Qual a rotina das crianças no Abrigo?

7) Durante o último ano foram realizadas transferências de abrigados para outras entidades de atendimento? Qual foi o motivo?

8) Entre os abrigados existem crianças ou adolescentes que têm irmãos em outras entidades?

C) Conhecimento sobre o plano de trabalho e papel a ser desempenhado dentro do Abrigo

1) Quais são os objetivos e finalidades do Abrigo onde você atua?

- 2) O Abrigo onde você atua tem um plano de trabalho? Fale um pouco sobre ele.
- 3) Qual a sua participação na elaboração dos objetivos do Abrigo?
- 4) Quais as suas atividades como coordenador? Quais as dificuldades e facilidades que você encontra para a realização de suas tarefas?

D) Informações a respeito das estratégias utilizadas pelos conselheiros tutelares para avaliar os Abrigos:

- 1) Qual a relação entre o seu trabalho e dos demais funcionários do Abrigo? (para o bom andamento do seu trabalho você depende do trabalho dos demais?)
- 2) Quando você encontra dificuldades em seu trabalho você pode contar com a contribuição de colegas de trabalho? Descreva algum episódio.
- 3) Qual é a relação entre seu trabalho e o trabalho dos seguintes órgãos públicos:
 - A) Conselho Tutelar
 - B) Conselho municipal
 - C) Juiz
 - D) Promotor
 - E) SEBES
- 4) Quais os pontos positivos e negativos da atuação desses órgãos?
- 5) Como e por quem seu trabalho é avaliado?
- 6) O que os Conselheiros Tutelares e/ou outros profissionais fizeram no último ano para avaliar os Abrigos?
 - 6.1) Responda com qual frequência os conselheiros, ou outros profissionais, utilizaram as seguintes estratégias e dê exemplos de tais episódios.

Estratégias	Frequência (número de vezes no último ano)
Visitas para observação.	
Reuniões com coordenadores de Abrigo.	
Conversas com crianças/adolescentes abrigados.	

7) Qual a avaliação que você faz dessas estratégias? Você poderia sugerir outras?

E) Informações a respeito dos indicadores de qualidade observados pelos coordenadores de Abrigos.

1) Quais aspectos você avalia como positivos no Abrigo que coordena e quais as dificuldades encontradas, pensando neste último ano?

2) Quais aspectos você identifica que devam ser avaliados pelos conselheiros, ou outros profissionais, quando os mesmo fazem a avaliação dos Abrigos

3) O que você já ouviu falar sobre as determinações do ECA a respeito das normas para funcionamento dos Abrigos? Descreva-as.

4) Existem outros aspectos que você considera importante avaliar nestas instituições mas que não são descritos pelo ECA?

F) Comportamentos que denotem “liderança”/ “coesão”

1) Você encontra dificuldades para orientar os diferentes profissionais do Abrigo? Se sim, quais são? Dê exemplos.

2) Vocês procuram trabalhar em equipe, por exemplo, discutindo estratégias para lidar com alguma criança ou adolescente? Dê exemplos.

3) Você faz reuniões com toda a equipe do Abrigo? Qual a frequência e objetivos dessas reuniões?

G) Normas de funcionamento/ “liderança”

- 1) Quais comportamentos/atitudes os funcionários devem apresentar para o funcionamento adequado do Abrigo?
- 2) Você fala sobre estes critérios com eles?
- 3) O que você faz quando um funcionário não se comporta da forma esperada?
- 4) Quais comportamentos/atitudes as crianças e adolescentes devem apresentar para serem consideradas crianças e adolescentes educados?
- 5) Você fala sobre estes comportamentos com eles?
- 6) O que você faz quando uma criança ou adolescente não se comporta da forma esperada?

H) Relação com a família/autonomia do adolescente em relação ao Abrigo

- 1) Como vocês lidam com a questão da família dos abrigados?
- 2) Qual o número de crianças que têm vínculo com a família?
- 3) Como são os horários de visita?
- 4) Quais as medidas utilizadas para integração em família substituta?
- 5) Quais as medidas utilizadas para o desligamento do jovem de 18 anos do Abrigo (caso tenha).

I) Outras informações que o entrevistado queira acrescentar.

ANEXO 3

Protocolo para análise dos relatórios e quaisquer outros documentos elaborados pelos profissionais competentes após avaliação dos Abrigos.

1) Aspectos Observados pelos avaliadores dos Abrigos

Características do Abrigo	SIM	NÃO
1) Se os funcionários da instituição descrevem as finalidades e objetivos que o Abrigo pretende alcançar?		
2) Se a instituição possui equipe com coordenador, monitor, assistente social, psicólogo, cozinheira e auxiliar de serviços gerais?		
3) A frequência com a qual as propostas da instituição são discutidas e revistas pelos funcionários.		
4) Se os funcionários identificam a relação entre seu trabalho e dos demais funcionários do Abrigo, por ex. se os monitores conhecem o papel da assistente social, etc...		
5) Se os funcionários identificam o papel dos órgãos gestores do Abrigo?		
6) Os critérios adotados pelo Abrigo para selecionar os funcionários?		
7) Se os diferentes funcionários do Abrigo têm clareza dos papéis a serem desenvolvidos? (descrevem suas ações de acordo com o sugerido pelo ECA e plano de trabalho da instituição).		
8) Se os coordenadores dos Abrigos desempenham um papel ativo e de liderança, por ex, fazendo reuniões com funcionários.		
9) Se o plano de trabalho do Abrigo é compatível com os princípios do ECA?		
10) A rotatividade de profissionais.		

11) Se os funcionários já receberam algum treino em relação ao Eca.		
12) Se existe coesão entre os funcionários do Abrigo, por exemplo, se existe colaboração entre os membros.		
13) As práticas diárias da instituição, por ex, horário para a escola, refeição, número de refeições.		
14) Se a estrutura do Abrigo suporta o número de abrigados?		
15) Se os abrigados participam de atividades fora do Abrigo, como escolas, projetos comunitários, se freqüentam postos de saúde, igreja.		
16) Se os adolescentes participam de atividades que visem a profissionalização.		
17) Se o Abrigo possibilita o uso dos objetos trazidos pelas crianças e adolescentes de sua casa.		
18) Se no Abrigo existe o registro de momentos vividos na instituição, por ex, fotos.		
19) Se o Abrigo mantém uma política de não desmembramento de grupos de irmãos.		
20) Se o Abrigo evita, sempre que possível, a transferência de abrigados para outras entidades.		
21) Se existe um programa de formação continuada para os funcionários?		
22) As práticas educativas dos monitores na interação com crianças e adolescentes do Abrigo.		
23) As ações do Abrigo em relação a preservação dos vínculos familiares e integração em família substituta.		
24) Os seguintes aspectos da estrutura física:		
Iluminação/Arejamento		

Acessibilidade Arquitetônica		
Higiene, salubridade e segurança		
Disponibilidade de brinquedos		
Disponibilidade de objetos e vestuários pessoais		
25) Outros		

2) Comportamentos dos Avaliadores:

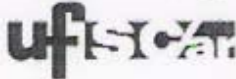
- a) Fazem perguntas? () Sim () Não
- b) Orientam Ações? () Sim () Não
- c) Outros

Em caso afirmativo:

- a) São orientações Adequadas⁸
- b) São orientações Inadequadas

⁸ As orientações serão categorizadas como adequadas ou inadequadas utilizando-se como critérios as orientações do ECA sobre funcionamento dos Abrigos bem como literatura científica da área.
Instrumento Realizado por Salina (2007)

ANEXO 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Via Washington Luís, km. 235 - Caixa Postal 676
Fones: (016) 3351.8109 / 3351.8110
Fax (016) 3361.3176
CEP 13560-970 - São Carlos - SP - Brasil
proppg@power.ufscar.br - www.proppg.ufscar.br

CAAE 1221.0.000.135-05

Título do Projeto: A atuação dos conselheiros tutelares junto a abrigos para crianças e adolescente: como ocorre a avaliação institucional?

Classificação: Grupo III

Pesquisadores (as): Alessandra Salina, Profa. Dra. Lúcia C. de A. Williams

Parecer Nº 143/2006

1. Normas a serem seguidas

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e).
- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente em ___/___/___ e ao término do estudo.

2. Avaliação do projeto

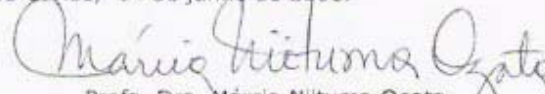
O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCar) analisou o projeto de pesquisa acima identificado e considerando os pareceres do relator e do revisor DELIBEROU: As pendências apontadas no Parecer nº 257/2005, de 16/12/2006, foram satisfatoriamente resolvidas.

O projeto atende as exigências contidas na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

3. Conclusão:

Projeto aprovado

São Carlos, 14 de junho de 2006.


Prof. Dra. Márcia Niituma Ogata
Coordenadora do CEP/UFSCar

ANEXO 5

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os profissionais responsáveis pela avaliação dos Abrigos.

Informações gerais sobre a pesquisa

Eu, Alessandra Salina, psicóloga, aluna do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da professora Dr^a Lúcia Cavalcante de Albuquerque Williams, estou realizando uma pesquisa com o objetivo geral de conhecer como o Conselho Tutelar e outras instâncias competentes acompanham os Abrigos de crianças e adolescentes. Os participantes responderão a uma entrevista que abordará questões a respeito do acompanhamento realizado em relação aos Abrigos, bem como sobre o funcionamento dessas entidades de atendimento em seu município.

Os convidados a participar da pesquisa têm total liberdade de se recusar a participar, de não responder a alguma pergunta e de retirar seu consentimento a qualquer momento caso algum fato lhe desagrade, sem nenhum prejuízo ao entrevistado.

Essas entrevistas, provavelmente, fornecerão informações importantes sobre a política de abrigamento da cidade, o que poderá subsidiar futuras pesquisas a respeito do funcionamento de Abrigos bem como futuras intervenções relacionadas a essas entidades de atendimento. Eu, enquanto pesquisadora, asseguro total sigilo a respeito da identidade dos respondentes.

Caso, no futuro, os dados da pesquisa forem divulgados em reuniões científicas, isso será feito de forma a preservar a anonimidade dos participantes. No final do trabalho a pesquisadora se compromete a divulgar o resultado para os participantes e agências envolvidas.

Cabe ressaltar que a coleta de dados foi planejada de forma a minimizar possíveis riscos aos participantes, no entanto, caso haja algum desconforto durante a coleta a

pesquisadora poderá interromper o trabalho e/ou fazer encaminhamentos para amenizar o desconforto sofrido.

Mais informações sobre este trabalho poderão ser obtidas no Laprev (Laboratório de Prevenção da Violência), endereço: Rodovia Washington Luís, Km 235, São Carlos, S.P.- Caixa postal 676, fone/fax: (16) 3351- 8357.

Eu, _____,
RG _____, abaixo assinado, estou ciente de que faço parte de uma amostra de pesquisa sobre os Abrigos para crianças e adolescentes e contribuirei com dados por meio da participação em uma entrevista. Declaro estar ciente: a) do objetivo do projeto, b) da segurança de que não serei identificado e de que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade e c) de ter a liberdade de recusar a participar da pesquisa.

_____, _____, de _____ 200__

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO 6

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para coordenadores de Abrigo.

Informações gerais sobre a pesquisa

Eu, Alessandra Salina, psicóloga, aluna do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da professora Dr^a Lúcia Cavalcante de Albuquerque Williams, estou realizando uma pesquisa com o objetivo geral de conhecer como o Conselho Tutelar e outras instâncias competentes acompanham os Abrigos de crianças e adolescentes, bem como o funcionamento dessas entidades. Os participantes responderão a uma entrevista que abordará questões a respeito do acompanhamento realizado em relação aos Abrigos, bem como sobre o funcionamento dessas entidades de atendimento em seu município. Solicito também a autorização para visitas institucionais a fim de complementar os dados que serão obtidos por meio das entrevistas.

Os convidados a participar da pesquisa têm total liberdade de se recusar a participar, de não responder a alguma pergunta e de retirar seu consentimento a qualquer momento caso algum fato lhe desagrade, sem nenhum prejuízo ao entrevistado.

Essas entrevistas, provavelmente, fornecerão informações importantes sobre a política de abrigamento da cidade, o que poderá subsidiar futuras pesquisas a respeito do funcionamento de Abrigos bem como futuras intervenções relacionadas a essas entidades de atendimento. Eu, enquanto pesquisadora, asseguro total sigilo a respeito da identidade dos respondentes.

Caso, no futuro, os dados da pesquisa forem divulgados em reuniões científicas, isso será feito de forma a preservar a anonimidade dos participantes. No final do trabalho a pesquisadora se compromete a divulgar o resultado para os participantes e agencias envolvidas.

Cabe ressaltar que a coleta de dados foi planejada de forma a minimizar possíveis riscos aos participantes, no entanto, caso haja algum desconforto durante a coleta a pesquisadora poderá interromper o trabalho e/ou fazer encaminhamentos para amenizar o desconforto sofrido.

Mais informações sobre este trabalho poderão ser obtidas no Laprev (Laboratório de Prevenção da Violência, endereço: Rodovia Washington Luís, Km 235, São Carlos, S.P.- Caixa postal 676, fone/fax: (16) 3351- 8357.

Eu, _____,
RG _____, abaixo assinado, estou ciente de que faço parte de uma amostra de pesquisa sobre os Abrigos para crianças e adolescentes e contribuirei com dados por meio da participação em uma entrevista. Declaro estar ciente: a) do objetivo do projeto, b) da segurança de que não serei identificado e de que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade e c) de ter a liberdade de recusar a participar da pesquisa.

_____, _____, de _____ 200_

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

responsável

ANEXO 7

Questionário de Indicadores de Qualidade dos Abrigos

Dados Pessoais:

Nome:

Idade

Escolaridade

Função/Tempo de atuação

Informações específicas:

Data da aplicação

Horário de Início

Horário de Término

Identifique, a partir das perguntas abaixo, os aspectos que o senhor (a) procura observar nos Abrigos

quando os fiscaliza/avalia:

2) Se a instituição possui equipe com coordenador, monitor, assistente social, psicólogo, cozinheira e auxiliar de serviços gerais?

Sim Não

Se sim:

Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:

Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

1) Se os funcionários da instituição descrevem as finalidades e objetivos que o Abrigo pretende alcançar?

Sim Não

Se sim:

Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:

Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

3) A frequência com a qual as propostas da instituição são discutidas e revistas pelos funcionários.

Sim Não

Se sim:

Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:

Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

4) Se os funcionários identificam a relação entre seu trabalho e dos demais funcionários do Abrigo, por ex. se os monitores conhecem o papel da assistente social, etc...
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

5) Se os funcionários identificam o papel dos órgãos gestores do Abrigo?
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

6) Os critérios adotados pelo Abrigo para selecionar os funcionários?
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

7) Se os diferentes funcionários do Abrigo têm clareza dos papéis a serem desenvolvidos? (descrevem suas ações de acordo com o sugerido pelo ECA e plano de trabalho da instituição).
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

8) Se os coordenadores dos Abrigos desempenham um papel ativo e de liderança, por ex, fazendo reuniões com funcionários.
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

9) Se o plano de trabalho do Abrigo é compatível com os princípios do ECA?
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

10) A rotatividade de profissionais.
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

11) Se os funcionários já receberam algum treino em relação ao Eca.
() Sim () Não

Se sim: Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não: Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

12) Se existe coesão entre os funcionários do Abrigo, por exemplo, se existe colaboração entre os membros.
() Sim () Não

Se sim: Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não: Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

13) As práticas diárias da instituição, por ex, horário para a escola, refeição, número de refeições.
() Sim () Não

Se sim: Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não: Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

14) Se a estrutura do Abrigo suporta o número de abrigados?
() Sim () Não

Se sim: Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não: Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

15) Se os abrigados participam de atividades fora do Abrigo, como escolas, projetos comunitários, se frequentam postos de saúde, igreja.
() Sim () Não

Se sim: Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não: Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

16) Se os adolescentes participam de atividades que visem a profissionalização.
() Sim () Não

Se sim: Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não: Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

17) Se o Abrigo possibilita o uso dos objetos trazidos pelas crianças e adolescentes de sua casa.
() Sim () Não

Se sim: Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não: Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

18) Se no Abrigo existe o registro de momentos vividos na instituição, por ex, fotos.
() Sim () Não

Se sim: Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não: Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

19) Se o Abrigo mantém uma política de não desmembramento de grupos de irmãos.
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

20) Se o Abrigo evita, sempre que possível, a transferência de abrigados para outras entidades.
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

21) Se existe um programa de formação continuada para os funcionários?
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

22) As práticas educativas dos monitores na interação com crianças e adolescentes do Abrigo.
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

23) As ações do Abrigo em relação a preservação dos vínculos familiares e integração em família substituta.
() Sim () Não

Se sim:
Detalhe dando exemplos e indicando frequência.

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

24) Os seguintes aspectos da estrutura física:
Iluminação/Arejamento
Acessibilidade Arquitetônica
Higiene, salubridade e segurança
Disponibilidade de brinquedos
Disponibilidade de objetos e vestuários pessoais

Se não:
Comente as dificuldades em relação a avaliação deste aspecto.

25) Outras informações que o entrevistado queira acrescentar.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)